



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Pedro Gerolimich de Abreu

**O mundo dos livros entre ruas e vielas: a nova cena de saraus,
festas e eventos literários das periferias urbanas do rio de janeiro**

Rio de Janeiro

2018

Pedro Gerolimich de Abreu

O mundo dos livros entre ruas e vielas: a nova cena de saraus, festas e eventos literários das periferias urbanas do rio de janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr Mario Sergio Ignácio Brum

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

A162 Abreu, Pedro Gerolimich de
Tese O mundo dos livros entre ruas e vielas: a nova cena de saraus,
festas e eventos literários das periferias urbanas do Rio de Janeiro
/ Pedro Gerolimich de Abreu – 2018.
93 f.

Orientador: Mario Sergio Ignácio Brum.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Livros e leitura – Teses. 2. Livros - Exposições – Rio de
Janeiro - Teses. I. Brum, Mario Sergio Ignácio. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense. III. Título.

CDU 028.6:379.822

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7 / 5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pedro Gerolimich de Abreu

O mundo dos livros entre ruas e vielas: a nova cena de saraus, festas e eventos literários das periferias urbanas do rio de janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 20 de agosto de 2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr Mario Sergio Ignácio Brum (Orientador)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Mauro Henrique de Barros Amoroso
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Rafael Soares Gonçalves
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

“A leitura literária é um direito de todos e que ainda não está escrito. O sujeito anseia por conhecimentos e possui a necessidade de estender suas intuições criadoras aos espaços em que convive... Se é um projeto literário é também uma ação política por sonhar um País mais digno.”

Bartolomeu Campos de Queirós

AGRADECIMENTOS

Este presente trabalho de dissertação de mestrado não poderia chegar a tal posto sem o fundamental apoio de algumas pessoas, talvez até seja injusto deixando de colocar algumas, afinal essa jornada foi longa e difícil, porém não poderia deixar de cumprir este importante ritual de reconhecimento.

Inicio esses agradecimentos onde tudo começou, na base sólida, educacional e cultural que recebi de minha família, esse sempre foi minha maior riqueza, agradeço de coração ao meu pai Pedro Carvalho e minha mãe Vilda Mirka, as minhas irmãs Ingrid e Mirka, que por sinal faço um parênteses todo especial, por vivenciar e me apoiar em todos os momentos desse mestrado e nos últimos anos que se passaram, prova do maior companheirismo e amor que se possa esperar de uma pessoa, meu muito obrigado de coração.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs de causa literária, foi por eles que comprei esse desafio, para entender melhor a nossa cena literária periférica e poder contribuir em sua democratização, poderia citar diversas pessoas, mas farei as mais próximas, Otávio Júnior, meu grande irmão, Kelly Louzada da Mangueira, as brilhantes e encantadoras da Pequena Alegria, que eu acho enorme, Arlene Costa e Lúcia Moraes, a nossa líder Benita Pietro, Sol Mendonça, Eugenia Arruda, Lucia e Mariene Lino, as exemplares professoras Antonella Catinari e Luciana Chamarelli, todo o pessoal do Conexão Leitura.

Agradeço ao meu orientador e amigo Mario Brun, que pude reencontrar neste mestrado, para quem não sabe ele tinha sido dirigente estudantil nos meus primeiros momentos de vida política, sempre um exemplo de lutador por suas ideias e ideais e a todos os professores e corpo administrativo e funcional da UERJ/FEBF que mesmo sob ataques e um período nebuloso não permitiram que saíssemos de nosso programa sem uma formação sólida, vocês foram de uma luta comprometida com os valores de uma educação verdadeira de qualidade, são exemplos de profissionais.

Agradeço por fim a todos os amigos e amigas que me apoiaram e fizeram parte desta caminhada.

RESUMO

ABREU, Pedro Gerolimich de. **O mundo dos livros entre ruas e vielas**: a nova cena de saraus, festas e eventos literários das periferias urbanas do Rio de Janeiro. 2018. Dissertação (mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2018.

Quando escolhi falar sobre cultura, livros e periferia representava falar um pouco da minha história pessoal, de caminhos que percorri, da minha prática militante na democratização da leitura, esse foi meu fator motivador de aprofundar minhas experiências e meu arcabouço teórico. A dissertação *O Mundo dos Livros entre ruas e vielas: A nova cena de saraus e festas literárias em periferias urbanas do Rio de Janeiro*, analisa a organização de iniciativas comunitárias que tenham a difusão da prática da leitura como objeto, para isso apresentando três estudos de casos de projetos literários, debatendo tanto as origens, práticas e desafios de iniciativas na Cidade de Deus, Complexo da Penha e na Mangueira, bem como as políticas públicas para o setor, marcadas pelas intermitência e efemeridade. Nesse sentido, a dissertação também faz uma análise das políticas do Estado para a Literatura Periférica, apresentando propostas que poderiam impulsionar as iniciativas comunitárias, reconhecendo e incentivando as favelas do Rio como territórios de potências.

Palavras chaves: Cultura. Livros. Favela. Periferia. Políticas Públicas. Saraus.
Festas Literárias.

ABSTRACT

ABREU, Pedro Gerolimich de. **The World of Books between streets and alleys: The new scene of 'saraus' (poetry gathering) and literary celebrations in urban outskirts of Rio de Janeiro.** 2018. Dissertação (mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2018.

When I have chosen to talk about culture, books, rough areas and slums, I was also talking about my personal background, the paths I followed, my militant practice to democratization of reading, those were my motivating factors in deepening my experiences and my theoretical framework. The dissertation "The World of Books between streets and alleys: The new scene of '*saraus*' (poetry gathering) and literary celebrations in urban outskirts of Rio de Janeiro, aims to analyze the form of organization of community initiatives towards the dissemination of the practice of reading, on this purpose it will be presented three case studies of literary projects, debating both the origins, practices and challenges of different initiatives, in the Cidade de Deus, Complexo da Penha and Mangueira, as well as public policies for the sector, marked by intermittency and ephemerality. In this sense, the dissertation also analyzes the policies of the State for literature produced by rough areas and slums and will present proposals that could boost the community initiatives, recognizing and encouraging the slums of Rio de Janeiro to become territories of powers.

Keywords: Culture. Books. Shanty Town. Periphery. Public Politics. Sarah. Literary Celebrations.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
	CULTURA E CAPITAL CULTURAL	14
1.1	A Hegemonia Cultural	18
1.2	A Formação das Identidades e os Movimentos Sociais	19
1.3	Favela e a cidade, a dicotomia urbana	23
1.4	A quebra da hegemonia e a cultura das periferias	31
2	O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO	48
2.1	A deficiência das políticas culturais e os grupos marginalizados	51
2.2	Intersetorialidade – Mecanismos para propiciar as Políticas Públicas de Livro e Leitura	57
2.3	Seminário Bibliotecas Comunitárias: entre saberes e fazeres	62
3	O DESPONTAR CULTURAL NÃO INSTITUCIONALIZADO – O CRESCIMENTO DA CENA LITERÁRIA DE PERIFERIA	69
3.1	Pesquisa - A concepção dos projetos literários de periferia – da cultura ao empreendedorismo social	72
3.2	Sustentabilidade, uma palavra de ordem	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Quando escolhi falar sobre cultura, livros e periferia representava falar um pouco da minha história pessoal, de caminhos que percorri desde o movimento estudantil até o projeto que fundei de estímulo a leitura, o *Livro de Rua*, que promove ações culturais e faz distribuição gratuita de livros em locais públicos (“libertação de livros” é o termo que adotei para me referir a esse processo, pois faço a analogia de que livros não deveriam estar “presos” a estantes empoeiradas e sim serem libertados continuamente para que as pessoas possam partilhar do seu conhecimento).

Tanto o projeto, como a minha própria relação com a cidade traziam certa proximidade ao tema, afinal cresci em um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, estudei em uma universidade cujo campus fica na Baixada Fluminense, portanto áreas da periferia não são um território desconhecido para mim, assim como as áreas consideradas nobres também não. Sempre transitei nas diversas regiões da cidade e acreditava conhecer suas nuances, seus códigos e até um pouco de suas contradições.

Porém, não foi só a familiaridade com o tema que me levou a essa escolha, haviam várias questões que me inquietavam, sentia cada vez mais a necessidade de ir mais a fundo nesse universo, de entender suas nuances, de buscar pontos de vista diferentes, de desconstruir meu próprio olhar e de buscar em diferentes fontes as possíveis soluções para os problemas que encontrava.

Dessa forma, conforme avancei em minha pesquisa, fui aos poucos me deparando com um mundo muito mais rico e muito mais complexo do que havia imaginado a princípio, percebi que sempre tive o olhar estrangeiro, daquele que entende as disparidades sociais, que até constrói sua luta pessoal como ser político e social a favor dessas causas, mas que não tem dentro de si o real entendimento dessa construção, sou e sempre serei estrangeiro e não tenho pretensão de que seja diferente, mas hoje a frase “*ser preto está na moda, desde que você não seja preto,*”¹ faz todo o sentido quando pensamos no quanto da cultura negra, dos seus

¹ Rodrigo Teles Medrado – Gelédes. Disponível em <https://www.geledes.org.br/esta-na-moda-ser-preto-desde-que-voce-nao-seja-preto/> Acesso em: julho/2018.

símbolos, valores, vêm sofrendo um processo de apropriação, mas não de legitimação.

A cultura tem o poder de trazer essa reflexão, traz para a cena esses atores diversos e desconstrói os papéis, mostra que o que está por traz, o que nem sempre é tão evidente aos olhares mais desatentos. E o que busquei nesse estudo foi realizar essa ponderação sobre os papéis existentes na construção da cultura de periferia, entender esse cenário emergente de saraus, festas e eventos literários que cresce nas periferias urbanas do Rio de Janeiro.

Quem são essas pessoas, esses grupos, o que buscam, como eles fazem para que suas ações tenham representatividade, qual sua relação com o setor privado, qual a função do Estado e das políticas públicas, como a sociedade os vê, como fica a questão do preconceito, da construção da identidade, da desconstrução dos grupos de poder, como eles se mantêm, o que deve ser feito para que esses movimentos possam ser sustentáveis e darem continuidade a suas ações, além de incentivar a formação de novos movimentos? Essas foram algumas das inúmeras perguntas que fiz a mim mesmo quando iniciei esse trabalho. Nem todas foram ou podem ser simplesmente respondidas, muitas são um chamado a reflexão, ao debate, pois acredito que mais importante do que ter resposta para todas essas perguntas, é poder desnudá-las do véu que encobre suas peculiaridades, suas nuances mais ocultas e assim promover discussões que possam agregar a esse tópico.

Sendo assim, na primeira sessão foi feita uma pesquisa documental sobre o que diversos autores pensam sobre a construção da identidade e da cultura com a intenção de realizar uma reflexão crítica sobre esses conceitos, entre eles o capital cultural, a quebra da hegemonia e a formação da cultura das periferias, os movimentos de enfrentamento e as questões como empoderamento e sobre seus efeitos tanto no indivíduo, quanto na coletividade. Foram analisados esses conceitos e a partir dessa análise, empreendi uma tentativa de conectá-los ao universo espacial das favelas e periferias, demonstrando em uma primeira análise a formação desses locais no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, o que as propiciou e como esses espaços foram sendo construídos também no sentido simbólico e da relação dos diversos atores que compõe esse cenário complexo, dividido entre cidade e periferia.

Na segunda sessão foi realizada uma discussão sobre o papel do Estado e da formação das políticas públicas, sobre a importância de se criar políticas sociais de enfrentamento a essas questões levantadas, a posição das arenas sociais e das organizações sociais nesse processo de construção de políticas e nos vínculos existentes entre a *cultura* e a *política*, fez parte dessa pauta o conceito emergente da *Governança*, da relação sobre a deficiência ou até mesmo a ausência de políticas culturais adequadas e dos grupos marginalizados e como a presença precária do Estado contribui para isso, também foi dissertado sobre a estigmatização das periferias por parte da sociedade e como ela é vista e tratada no contexto social.

Além disso, foram apontados alguns mecanismos para propiciar as Políticas Públicas de Livro e Leitura como a intersetorialidade e a articulação dos setores políticos para a formulação e gestão das políticas e das parcerias institucionais. Esse capítulo foi finalizado com a apresentação da Pesquisa realizada no Seminário Bibliotecas Comunitárias: entre saberes e fazeres, que ocorreu no primeiro trimestre de 2017 na Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, onde participaram estudantes, professores, bibliotecários, artistas, militantes de movimentos sociais, representantes das secretarias municipais de educação e cultura, câmara dos vereadores, beneficiários de programas das bibliotecas comunitárias e seus dirigentes. Durante esse seminário foi discutido a construção de políticas públicas do livro e leitura, em especial a criação do Plano Municipal de Livro, Leitura e Biblioteca. Para a aplicação da pesquisa foram escolhidos dirigentes das bibliotecas comunitárias que organizaram o seminário, acadêmicos, dirigentes das secretarias municipais de cultura e educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do presidente da comissão de cultura e educação da Câmara Municipal de Vereadores por conta do seu trabalho e representatividade diante do tema.

Como metodologia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estes atores visando entender como o poder público trata do tema da cultura em sua forma institucional. As perguntas feitas nessa entrevista foram idealizadas por mim e procurei seguir um roteiro que foi sendo adaptado conforme os entrevistados e a dinâmica ocorrida no decorrer de cada entrevista, essa mesma metodologia e aplicação de entrevistas semiestruturadas foi seguida na segunda etapa da pesquisa que será apresentado no final da seção 3.

Na sessão três é apresentado o crescimento da cena literária de periferia, os movimentos que a integram, da música, dos saraus, das mediações de leitura, das

bibliotecas comunitárias, piqueniques literários e festas literárias, de como todas essas ações se manifestam sem grandes investimentos ou apoios governamentais, do papel dos membros das comunidades nesse processo, da resignificação de espaços considerados marginalizados nas periferias urbanas, do crescente movimento de festas e eventos literários de destaque, como a Festa Literária da Zona Oeste (FLIZO) e a Festa Literária das Periferias (FLUPP).

Como já dito anteriormente, nessa sessão também é apresentado a segunda etapa da pesquisa proposta para esse trabalho, onde é feita uma investigação sobre a concepção dos projetos literários de periferia e o papel do empreendedorismo social. Nessa segunda etapa da pesquisa foram escolhidos três projetos, “Atelier das Palavras”, “Poesia de Esquina” e “Ler é Dez”, essa escolha foi motivada pelas seguintes razões - todos os projetos acontecem em periferias urbanas do Rio de Janeiro e possuem estratégias de consolidação que dialogam com o terceiro setor e com as práticas inovadoras do empreendedorismo social, além disso, foi verificado nesse mesmo contexto em comum, outras questões como parcerias, responsabilidade social corporativa e a busca por alternativas que tragam além da viabilidade de implantação, formas de sustentabilidade dos projetos. Após a exposição dos projetos, será apresentado a parte referente as entrevistas com os atores responsáveis pelos projetos, suas experiências pessoais dentro da cena literária de periferia, formas de enfrentamento as dificuldades encontradas, entre outras questões como empoderamento e o papel das políticas públicas;

Chegamos, portanto a conclusão lógica sobre o objeto proposto para essa dissertação - de que precisamos falar de periferias, da cultura produzida nesses espaços, dos seus inúmeros atores e de todas as inquietações que esse tema provoca.

1 CULTURA E CAPITAL CULTURAL

A definição do que é cultura pode se apresentar através de múltiplos e diversos, e por vezes até, antagônicos conceitos. Em um sentido amplo e mais consensual a cultura pode ser definida pelas realizações materiais e os aspectos imateriais de um povo, constituindo tudo o que for produzido por determinado grupo, incluindo conhecimento e valores que são construídos independentes de qualquer aspecto ou influência biológica. Essa definição foi defendida por Edward Tylor no século XIX (Tylor, apud Laraia, 1986, p.25), que apresenta o primeiro conceito etnográfico de cultura que ele define como: *um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.*

Segundo Kessing, o determinismo biológico deve ser rejeitado na avaliação de comportamentos culturais e afirma que:

...não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado." (LARAIA apud KESSING, 1961, LARAIA, 2001, p.17).

Se a cultura não pode ser definida ou restrita por padrões biológicos, ela se encontra diretamente relacionada aos aspectos das relações humanas, o que nasce no indivíduo ou se forma na sociedade não é facilmente delimitado por fronteiras visíveis, pois ambos se fundem em suas relações contínuas de trocas e interações.

Uma outra definição ao termo cultura que poderíamos incluir seria a de relacionar a cultura a um sistema adaptativo, como aponta Keesing ao concordar com as ideias dos neoevolucionistas e que entende que:

"Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologia e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas e assim por diante." (KEESING, 1974 apud LARAIA 2001, p.59)

Esse debate entre a relação do indivíduo e a sociedade é tratado nas primeiras discussões da teoria social contemporânea - até onde temos uma liberdade individual absoluta sobre nossas ações ou o quanto estamos sendo influenciados pela estrutura social na determinação de nossas escolhas - dessa

forma entraremos no conceito de *habitus* na teoria de Bourdieu, que aplica a seguinte definição:

Habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1994 p.60-61).

Dessa forma podemos dizer que o *habitus* tanto se configura como um sistema aberto e mútuo que influencia o agente, como sofre influências deste e do seu meio, o que faz do *habitus* algo em constante transformação, pois se vale da forma que o meio interfere nas pessoas e de como as pessoas interferem nesse meio, construindo-se através de um processo intermitente e não uniforme de socialização, e ao mesmo tempo de individualização.

Socialização por conta do que vem a ser criado e compartilhado através das trocas com outros agentes, dentro do meio social no qual vivemos e também da individualização, porque ele capta as formas, as interações e respostas de cada indivíduo nesse processo de troca, pois compreende-se que cada indivíduo terá uma forma única de entendimento e manifestação ao todo, com o qual ele se encontra e se relaciona. Podemos dizer, dessa forma, que o *habitus* é ao mesmo tempo estruturante e estruturado continuamente.

Na teoria de Bourdieu, percebemos o quanto se tenta definir a liberdade individual de cada um e a influência do meio social sobre essa liberdade, como nossas ações podem ser influenciadas e ao mesmo tempo também serem capazes de influenciar o nosso meio.

Habitus não seria o resultado do livre arbítrio ou tampouco determinado pelas estruturas sociais, mas criado pela conjunção desses dois fatores que se relacionam ao longo do tempo, a relação desses dois aspectos e os resultados dessa interação contínua, seria, portanto, para Bourdieu, a materialização do conceito de *habitus*.

Se com relação a cultura temos como definição os valores e suas atribuições de significados que denotam e permeiam o meio social e seus indivíduos, sobre a questão do Capital Cultural, na definição dada por Bourdieu, percebemos a sua importância como base para analisar situações de classe na sociedade, demonstrando que a cultura, inserida em uma sociedade dividida por classes,

reassumiria o papel de instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, designando dessa forma, uma ideia de que determinadas culturas teriam ‘mais valor’ do que outras em razão de uma condição primordialmente classista e econômica.

Por conseguinte, o capital cultural teria o efeito de categorizar ‘subculturas de classe ou de setores de classe’. Bourdieu dedica parte de sua obra tratando do tema da cultura e explica que o grande conjunto de elementos diversos que podemos relacionar ao termo, (como valores, costumes, tradições, gostos, etc.) refletem a estrutura de vida de diferentes classes e as diferencia entre si, e dessa forma nos permite distinguir também as diferentes culturas relacionadas as classes sociais, como a classe burguesa e a classe trabalhadora, mas quando Bourdieu traz o conceito de capital cultural a essa análise, ele o demonstra como sendo mais do que uma subcultura de classe; é tido também como um recurso de poder.

O mundo social pode ser concebido como um espaço multi-dimensional construído empiricamente pela descoberta dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que são ou podem vir a ser muito oportunas, como azes num jogo de cartas, neste universo específico, na luta (ou competição) pela apropriação dos bens escassos deste universo. (...) os poderes sociais fundamentais são, de acordo com minhas investigações empíricas, primeiramente o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; e em terceiro lugar, as duas formas de capital que estão fortemente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em conexões e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital adquire, uma vez que estes são percebidos e reconhecidos como legítimos (BOURDIEU, 1987, p.4, tradução nossa)².

Percebemos então, que para Bourdieu, o conceito de capital cultural possui uma elasticidade e abrange diferentes formas com que a cultura vem a atuar e ou refletir na vida dos indivíduos. Esse jogo de poder dentro do universo social é realizado por diversas aferições feitas por meio de conceitos tangíveis e intangíveis, no qual nesse segundo aspecto, incidem nas questões relativas ao capital cultural, capital social e capital simbólico.

² The social world can be conceived as a multi-dimensional space that can be constructed empirically by discovering the main factors of differentiation which account for the differences observed in a given social universe, or, in other words, by discovering the ‘powers or forms of capital which are or can become efficient, like aces in a game of cards, in this particular universe, that is, in the struggle (or competition) for the appropriation of scarce goods of which this universe is the site. (...)these fundamental social powers are, according to my empirical investigations, firstly economic capital, in its various kinds; secondly cultural capital or better, informational capital, again in its different kinds; and thirdly two forms of capital that are very strongly correlated, social capital, which consists of resources based on connections and group membership, and symbolic capital, which is the form the different types of capital take once they are perceived and recognized as legitimate.

Dessa forma o entendimento acerca do termo capital cultural reflete o quanto ele se distingue das outras formas de capital e adquire um papel fundamental nas relações de poder dentro da sociedade, já que ele prevê meios de dominação e hierarquização que não são definidas diretamente e/ou somente pelas condições econômicas existentes, porém justamente pelo seu caráter simbólico do qual se revestem suas 'normas', ele consegue ocultar formas de desigualdades, que por estarem ocultas são muito mais difíceis de serem combatidas.

Observamos nas análises de Bourdieu, que uma ordem social é progressivamente introduzida na mente das pessoas através dos chamados produtos culturais, como sistemas educacionais, linguagem, símbolos culturais e estéticos, etc. que classificam o que é ou não é fruto da cultura dominante, o que determina o lugar do sujeito na sociedade, e conseqüentemente o seu valor, construindo assim uma hierarquia social, com escalas de valores e métodos de classificação que são veladamente impostos pelas classes dominantes.

Essas tendências estão expressas no conceito de *habitus* utilizado por Bourdieu, já apresentado anteriormente, porém podemos ainda utilizá-lo dentro do prisma da cultura, por se entender que em relação ao o que nos propomos a investigar sobre a concepção de cultura, o conceito de *habitus* se aplica como o *sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações* (BOURDIEU, P. Apud BRUBAKER, R. 1985, p.760). Tal sistema de disposições inclui tanto formas de percepção do mundo social mais ligadas à estruturas de personalidade, quanto formas de apreciação mais ligadas a gostos, preferências, escolhas. Ilustrando que o que irá determinar o *habitus* de classe são as características específicas das experiências objetivas de cada classe.

Dessa forma tanto a classe trabalhadora quanto a pequena burguesia teriam uma inclinação ao sentimento de inferioridade, ao conformismo e a aceitação da autoridade que decorrem de um "conformismo lógico", como se houvesse um lugar restrito a elas, que, do qual elas não pudessem sair. O *habitus* é, segundo expressão do próprio Bourdieu, uma "inconsciência de classe" que, para as classes menos favorecidas, atua no sentido da inação e reprodução de suas condições de vida (Bourdieu, P. 1979, p. 549).

1.1 A Hegemonia Cultural

Como podemos constatar as classes dominantes atribuem um valor cultural que varia conforme a importância dada a certos grupos sociais, estabelecendo uma escala variável onde determinados grupos tem suas manifestações culturais depreciadas e relegadas ao exótico e folclórico, tornando os indivíduos desses grupos vítimas de discriminação e a margem da inclusão.

A própria conceitualização do gosto, para Bourdieu (1979, p.59) é uma forma de manifestação de classe e do predomínio de uma sobre a outra – *a disposição estética é (...) uma manifestação do sistema de disposições que produzem os condicionamentos sociais associados a uma classe particular (...)*.

Assim sendo, ao adentrarmos no conceito de hegemonia cultural, incluímos a concepção gramsciana (1995) que o estabelece como capacidade de direção de determinadas frações sociais sobre outras, ou ainda, aquela fração social que se apresenta às demais como a que representa e atende aos interesses e valores de toda uma sociedade, obtendo o consenso voluntário e a anuência espontânea, garantindo, assim, a unidade do bloco social, que embora não seja homogêneo, se mantém articulado e coeso.

Gramsci usa do conceito da hegemonia para demonstrar como é exercido a influência do Estado e das classes dominantes no controle social, sendo a cultura usada como próprio instrumento de dominação, que perpassa as questões aparentemente e meramente culturais, mas que possui por objetivo manter uma estrutura sócio econômica onde os papéis são fixos, não permitindo uma alternância, que possam colocar em risco essa estrutura de poder. A cultura passa então a ser, não só um elemento diferenciador entre as classes sociais, mas também um elemento de dominação de uma classe sobre outra, mantendo a hegemonia cultural da classe dominante, fazendo com que a sua visão de mundo seja aceita e vista como natural pela maior parte da sociedade, criando ideias de consensos pré-estabelecidos, onde situações se tornam vistas como praticamente normais, naturais e assim se naturalizam situações que condicionam a manutenção de desigualdades sociais. Isso é o que mantém a hegemonia cultural da classe dominante, que a sua visão de mundo seja aceita e vista como natural pela maior parte da sociedade.

1.2 A Formação das Identidades e os Movimentos Sociais

Nesse momento gostaríamos de apresentar outras análises que convergem para o entendimento da construção da identidade e do papel dos movimentos sociais, parte integrante e fundamental da constituição desse presente trabalho.

Buscando efetuar a análise da construção da identidade e de sua convergência com a atuação dos movimentos sociais, buscamos orientação nas referências teóricas no livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* de Stuart Hall, onde podemos primeiramente destacar a construção da identidade cultural do indivíduo desde o iluminismo até o período que hoje chamamos de pós-modernismo e de como a relações sociais vem se desfragmentando e se descentralizando nesse processo.

Para Hall a construção da identidade atravessou três principais e distintas constituições - o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. No sujeito do iluminismo há a pressuposição de uma identidade fixa, centrada em si mesma e que acompanhava o indivíduo durante toda a sua existência, do nascimento a morte. Essa identidade está ancorada na personalidade única e individual do sujeito e não se modifica pela sua inter-relação com o meio.

Quando o conceito do sujeito sociológico emerge, ele aponta que o contato com o exterior e as influências da sociedade também exercem extrema influência sobre o a formação da identidade, dessa forma, no sujeito sociológico, essa identidade deixa de ser centrada em si mesma e passa a interagir com a sociedade que a cerca, influenciando e sendo influenciado, assim, conseqüentemente a construção de sua identidade acaba por refletir essa relação.

Porém, com o crescente desenvolvimento da sociedade, essa interação aumenta cada vez mais, “desfragmentando” o indivíduo e provocando uma “crise de identidade”, o que traz a tona o sujeito pós moderno, sua identidade é agora móvel, volátil tanto quanto a sociedade ou as diversas sociedades das quais ele faz parte, podendo este assumir identidades diferentes ao longo de sua existência, de acordo com suas opções, práticas, vivências e gostos.

Símbolos venerados do passado vão aos poucos perdendo a mesma significância que possuíam anteriormente, sociedades e instituições fortemente tradicionais perdem o seu caráter totalitário e se fundem em novos arranjos, as divisões nos núcleos de poder e a crescente pluralidade vai cada vez se tornando

mais constante e moldando a sociedade pós moderna, a velocidade dessas transformações e a quebra das hegemonias também são características contidas nessas mudanças. A ideia da sociedade como um todo organizado e unificado não possui mais espaço, os diferentes pontos de vista, antagonismos e identidades são cada vez mais presentes nessa construção, conforme destaca Hall.

Hall traz ainda os argumentos de Anthony Giddens que reforça esse ponto de vista e estabelece que estamos a todo o momento sendo acometidos por mudanças experimentadas em todo o planeta, hoje tomamos conhecimento de uma série de transformações em um ritmo de velocidade nunca antes experimentado, o que faz com que se quebre os tipos tradicionais de ordem social antes tão fortemente delineados.

Para Harvey (1992, p.319-320), as políticas tradicionais de esquerda, os partidos políticos e as instituições tradicionais, como sindicatos começam a perder o seu protagonismo para os emergentes movimentos sociais que despontam alternativas mais diversificadas, refletindo os interesses de uma sociedade multifacetada e descentralizada, onde o indivíduo não aceita mais ser tratado de uma forma impessoal e não encontrar representatividade nos movimentos para os seus anseios e questões, contudo percebe-se claramente que *ao fazer este movimento, a nova esquerda tendia a abandonar a sua fé tanto no proletariado como instrumento de mudança progressista, como no materialismo histórico enquanto modo de análise.*

Os aspectos encontrados dentro da modernidade tardia, no que pese a construção da identidade, podem ser deslocados para o entendimento da formação dos movimentos sociais. As sociedades atuais, diversas e complexas não comportam mais os movimentos sociais tradicionais que surgiram no século XIX e início do século XX e que continham por base uma identidade mais unificadora e menos fragmentada como a atual, antes os movimentos procuravam aglutinar aspectos globais, grandes blocos em lados apostos, sem se ater a particularidades múltiplas e interesses diversos dos indivíduos, atualmente o que verificamos é que a luta de classes cede cada vez mais espaço, ou se verifica através de identidades de gênero, raça, credo, movimentos locais ou regionais, particularidades militantes, ou seja, uma luta das identidades.

Sendo assim, dentro d sociedade atual, as opções pessoais, os estilos de vida, as formas diversas de compreensão do mundo e diversos grupos sociais,

ganham cada vez mais espaço e estabelecem uma necessidade de representatividade cada vez maior dentro dos movimentos sociais, onde as questões da esfera privada podem ser debatidas dentro de grupos menores, mas que se reconhecem em seus processos. Dentro desses grupos, eles buscam construir espaços de interação e sociabilidade e sentem que suas lutas não são abafadas, como costuma ocorrer em movimentos maiores, encontrando a individualização necessária para se sentirem representados e legitimados. Portanto, esses novos movimentos sociais se configuram como espaços plurais dentro da sociedade civil, onde atores geralmente excluídos tanto da sociedade, como de determinados movimentos sociais, por não se sentirem representados por este último, encontram uma alternativa para se manifestarem.

Com a globalização, principalmente através da utilização de redes sociais, é possível reconhecer a congruência entre diversas lutas e movimentos mundo afora e como eles podem hoje, se interconectar, possibilitando trocas e mobilizações jamais experimentadas antes, movimentos locais podem ter alcance global, ainda que representando grupos de minorias e com isso proporcionar uma compreensão de uma diversidade que existe e que precisa ser reconhecida.

Mudanças no *status quo* não ocorrem sem mobilizações e as mobilizações só são possíveis quando atores se unem e formam grupos com interesses e vivências comuns, sem representatividade, grupos se desfazem. Há o interesse do Estado e da classe dominante de manter um controle social baseado na desarticulação desses movimentos, uma vez que ele mesmo não é capaz de representar todas as individualidades e se interessa em manter a luta de classes, como Marx coloca, ao alegar os interesses da classe dominante em manter classes dominadas, mesmo que travestidas da ideia de consensos, perpetuando um ciclo de exploração e desigualdades dentro da organização social.

Para Moscovici, (2003), entretanto, um grupo marginalizado pode ser capaz de influenciar um grupo dominante quando esse se articula coletivamente e se manifesta de forma a apresentar visões de mundo e conceitos diferenciados da maioria, Moscovici argumenta que os fenômenos do homem podem ser explicados sob a ótica de uma perspectiva coletiva, porém sem perder a individualidade, através das trocas simbólicas desenvolvidas nos ambientes sociais e nas relações interpessoais e como esses símbolos são capazes de influenciar na construção do conhecimento compartilhado e da cultura coletiva.

Complementarmente observamos que um movimento social tem repercussões “psicossociais”, sendo que o êxito de suas ações não está relacionado somente ao seu tamanho, sua forma de organização, ou outros aspectos constitutivos e de gestão interna, mas, sobretudo pela sua competência em comunicar, traduzir e expressar sentimentos, preocupações, e esperanças da coletividade que ele se dispõe a representar e do quanto ele pode ser evidenciado como veículo para solução de problemas (Milgram & Toch, 1969).

Os desdobramentos causados em decorrência dessas desigualdades afetam toda a sociedade, seus efeitos não ficam reclusos a guetos específicos. Dessa forma iremos analisar essas formas de exclusão e a importância de ações no âmbito da cultura, com o objetivo de propor ações para a discussão acerca do universo da cena literária das periferias, através da investigação de seus movimentos culturais, quando entrarmos, mais a frente, nesse tema.

Todavia, para adentrarmos no âmbito das periferias, optou-se por primeiramente apresentar algumas análises sobre a urbanização da cidade do Rio de Janeiro e a questão das favelas cariocas. Levando em conta a sua importância dentro do cenário urbano da cidade e na própria composição do seu espectro social, econômico e cultural, condições necessárias para se compreender a natureza das periferias e sua relação com o propósito dessa dissertação.

1.3 Favela e a cidade, a dicotomia urbana.

No Rio de Janeiro o cenário urbano é complexo e singular. De um lado temos a representação da 'cidade maravilhosa' cantada em verso e prosa, famosa internacionalmente e uma das principais protagonistas no panorama econômico, cultural, político e financeiro nacional, segunda maior metrópole e um dos metros quadrados mais caros do país, a cidade do turismo, cenário das novelas, aquela que lança modas e tendências, cobiçada e imitada.

Por outro ângulo enxergamos um outro lado da cidade, que se aperta em vielas que cresceram desordenadamente, desafiando padrões básicos de urbanização e de estrutura social, purgatório do caos urbano, com estrutura precaríssima, cidades dentro da Cidade, onde a ordem e a confusão se misturam e tomam novas formas, instituem novos conceitos sobre a configuração urbana e as formas de relações e coexistência de seus integrantes.

Não se trata de assumir o discurso de uma cidade partida, muito pelo contrário, acreditamos que mesmo díspares, elas se complementam e coexistem mantendo uma codependência sistêmica entre si, destacando os contrastes e as desigualdades dessa paisagem.

A cidade do Rio de Janeiro sempre apresentou destaque entre as demais cidades brasileiras, no século XVIII se consolidou como centro portuário e econômico e com a vinda e estabelecimento da corte portuguesa, a cidade foi avançando até se tornar capital nacional, esse crescente desenvolvimento econômico e o fim da escravidão atraiu imigrantes de outros países que viam oportunidades em meio às crises vividas na Europa.

Embora a economia estivesse se desenvolvendo com o crescimento da indústria e do comércio, uma série de fatores foi levando ao surgimento das favelas no Rio de Janeiro, temos uma grande população de ex-escravos, em sua maioria desempregados e sem condições de pagar por moradia digna; a chegada de novos imigrantes; a concentração de empregos nas áreas centrais somado a um sistema de transporte precário e inadequado e as políticas urbanistas e higienistas que se voltaram contra os cortiços que na época representavam as acomodações mais populares. Todo esse contexto cooperou para que se deflagrasse as primeiras crises de habitação que, mais tarde viriam a se perpetuar como um traço expressivo da composição da cidade. Segundo Abreu e Vaz:

...o aparecimento da favela está intimamente ligado a todo um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantil exportadora para uma fase capitalista-industrial. (...) Trata-se do momento em que a economia cafeeira fluminense entra em crise (...) reorientando toda uma estrutura já consolidada de comportamento do capital mercantil; do momento em a cidade passa a ter um crescimento demográfico extremamente rápido (fruto de migrações internas e estrangeiras) que agravava sobremaneira a questão habitacional. (ABREU e VAZ, 1991, p. 2)

Além dos citados, outros fatores vieram a contribuir para o problema de habitação, como a chegada de grande quantidade de soldados oriundos da Guerra de Canudos, que mesmo não sendo pioneira no surgimento das favelas cariocas, tornou-se um marco pela sua relevância na história do país.

A política higienista adotada de combate a locais de moradia popular, que teve seu maior expoente com a destruição do famoso cortiço “Cabeça de Porco”, merece destaque, pois desalojou um grande contingente de pessoas que não podiam arcar com os preços de moradia da cidade.

Nesse momento vale ressaltar a atenção voltada para os cortiços e de como podemos relacionar esses espaços com as futuras favelas que viriam a se estabelecer na cidade, já nesse tempo essas formas de habitação eram relacionadas a lugares onde o crime, as epidemias e vagabundagem estavam presentes, os cortiços eram tidos como espaços estigmatizados da pobreza e da ausência de moral e ordem social. Com isso, foram iniciadas ações para combater o seu crescimento e também com o intuito de destruir as habitações existentes, para tanto, foram utilizados até mesmo os discursos médico higienistas que condenavam os cortiços, relacionando-os a locais de pouca higiene e focos de epidemias, toda essa revolta culminou na destruição do chamado “Cabeça de Porco”, o maior cortiço existente na época. (VALADARES, 2000, p.7)

Esses fatores combinados, tendo como principais protagonistas os ex-moradores dos cortiços, com especial os do “Cabeça de Porco” e os ex combatentes da Guerra de Canudos culminaram na ocupação do “Morro da Providência” que passou a se chamar “Morro da Favella”, nome que depois serviria para indicar esse tipo de ocupação habitacional. (VALADARES, 2000, p.7)³

Os cortiços se localizavam na região central, área considerada nobre da cidade e onde havia maior concentração de trabalho, sendo assim, a destruição destes era também notadamente fomentada pelo desejo de tornar a cidade do Rio de Janeiro mais semelhante as cidades europeias, porém sem oferecer a seus habitantes outras opções, estes começaram a ocupar os morros da cidade, sendo o morro da Providência, como foi dito, o primeiro a apresentar o rascunho do que seria hoje, esse tipo de habitação, avançando posteriormente para outras regiões da cidade.

Como podemos verificar, o surgimento das favelas não foi simplesmente uma opção de moradia por parte da população de baixa renda, mas sim uma consequência do modelo organizacional que vinha tomando a cidade do Rio de Janeiro

"As favelas são um dos maiores exemplos da configuração sócioespacial extremamente desigual da cidade do Rio de Janeiro. Elas se formaram, ocupando áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário. Espalharam-se pelo tecido urbano carioca a partir dos anos 1920, ocupando um lugar de destaque na estrutura urbana e política da cidade. Dada a proximidade espacial do mercado de trabalho e o custo relativamente baixo do acesso à moradia nas favelas, estas se revelaram

³ VALLADARES, Licia. *A gênese da favela carioca*. A produção anterior às ciências Sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.15 no. 44 São Paulo, Oct. 2000. Acesso em janeiro de 2018.

um elemento estrutural do desenvolvimento econômico da cidade, permitindo a redução do peso dos fatores moradia e transporte sobre o custo da mão-de-obra." (GONÇALVES, 2006)⁴

Se por um lado a cidade se modernizava e se desenvolvia, por outro cresciam as habitações populares, uma combinação de políticas governamentais variava entre o desmazelo e a coerção, falta de políticas sociais e de moradia com alta concentração de renda. Como forma de responder a este problema social, as classes dominantes construíram uma narrativa, tentando criar na opinião pública um sentimento de combate e ojeriza as favelas e aos seus moradores, culpados pelas faltas de condições básicas de sobrevivência, doenças e poluição da imagem estética dos bairros mais valorizados da cidade, como mostra o documento de 1930 da Prefeitura do Distrito Federal:

(...) são as favelas, uma das chagas do Rio de Janeiro, na qual será preciso, num dia muito próximo, levar-lhes o ferro cauterizador (...). a sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza (...). A sua destruição é importante não só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da higiene geral da cidade, sem falar da estética. (Prefeitura do Distrito Federal, 1930. Apud ABREU, 1988. p 88 e 89).

Apesar do estigma que sempre possuiu e que continuava a se estabelecer dentro da cultura da cidade, os esforços para encontrar uma solução para as favelas nunca foram suficientes para que acabassem com sua existência ou nem mesmo para conter o seu crescimento. Durante muitos anos não houve nem mesmo estudos científicos ou a realização de censos que realmente buscassem enxergar a realidade das favelas, tratada como algo provisório, era como se não lhe fosse dada elegibilidade de sua existência e com isso não houvesse necessidade de políticas para melhorar a vida de seus membros.

O primeiro censo foi realizado em 1948, cerca de meio século após o surgimento da primeira favela, vários fatores levaram a finalmente buscar por informações reais sobre o funcionamento desses espaços, como o despontar do urbanismo, por exemplo. Até então as classificações sobre as favelas e seus membros era feita sem muito estudo científico (VALLADARES, 2000).

Foi certamente a necessidade de administrar a favela e os seus pobres que despertou o interesse em conhecê-la e conhecê-los mais de perto. Para

⁴ Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635115> Acesso em 12/9/2018

bem administrar e bem controlar é necessário quantificar e dimensionar o problema ou a questão. (VALLADARES, 2000, p.19)

Foram esses primeiros estudos, contudo, que trouxeram dados mais fundamentados na realidade das favelas e menos afeitos as suposições, mistificações e preconceitos das diversas autoridades que debatiam sobre o tema, sejam elas do campo social, governamental ou acadêmico. A partir daí diversos estudos começaram a serem realizados, verificando outros fatores referentes a composição das populações de moradores das favelas, tentando entender a sua configuração fora dos rótulos, ou pelo menos em menor parte deles, e da marginalização generalizada que dominava o imaginário da cidade.

Porém, mesmo com o aumento dos estudos sobre esse fenômeno urbano que, na ausência de políticas públicas eficazes, continuava a crescer continuamente, o que constatamos é que do surgimento do Morro da Favella até hoje, pouco mudou em relação a estigmatização histórica que seus moradores sempre sofreram e pouco foi feito no sentido de se transformar essa realidade. As inúmeras políticas que foram colocadas em prática ao longo dos anos estavam mais preocupadas nas questões urbanísticas das áreas nobres da cidade do que propriamente em criar condições de inserção social para os moradores das favelas, que sempre sofreram uma marginalização das classes dominantes, ou de se criar uma cidade mais harmoniosa, equilibrada e estruturada para os seus diversos habitantes.

Cabe, nesse momento, apresentar a definição de favela adotada posteriormente pelo IBGE e pela ONU:

O IBGE define aglomerado subnormal como sendo um conjunto de domicílios com no mínimo 51 unidades que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais. A definição adotada pela ONU buscou padronizar internacionalmente a definição de favela/slum, pois as diferenças entre os diferentes critérios adotados pelos países vinculados à Organização não permitiam uma quantificação do número total de pessoas que vivem em favelas no mundo.

Foi adotado em 2002 uma definição operacional que estabelece que uma favela/slum é uma área que combina as seguintes características: acesso inadequado à água potável; acesso inadequado à infraestrutura de saneamento básico e outras instalações; baixa qualidade das unidades residenciais; alta densidade e insegurança quanto ao status da propriedade.⁵

⁵ Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/92016/Poster_30704.pdf?sequence=2> Acesso em 25/01/2018.

Todavia, para Brum (2012) a segregação e a pobreza nas favelas vai muito além dos conceitualização trivial no qual temos nos acostumados e afirma que:

a favela não pode ser entendida simplesmente como o lugar da habitação das classes pobres da cidade, nem um mero espaço urbano segregado. Ela é uma formação complexa que surge a partir não só de dinâmicas internas, mas da interação com outros atores, que atribuem a um determinado espaço urbano, a partir de um conjunto de características, em diversos aspectos (ambientais, econômicos, sociais, etc.), a acusação de “destoar” e/ou “degradar” o entorno e, em conjunto, a cidade como um todo (BRUM, 2012, p.35).

Levando em conta as questões destacadas por Brum, onde ele argumenta que a favela carrega o estigma de “destoar” e ou “degradar” o entorno, que muitas políticas de enfrentamento foram criadas, entre elas as de remoção, por exemplo, que declaradamente apresentavam o propósito de ‘limpar’ a cidade, removendo os membros das favelas para lugares distantes, tendo em vista principalmente a necessidade de desocupar as áreas nobres da cidade, tendo como maior referência a zona sul do Rio de Janeiro.

Brum afirma que nas políticas de remoção, seus moradores eram realocados para áreas distantes de sua vida cotidiana e de seus locais de trabalho, sem nenhum tipo de consulta ou opção na qual eles pudessem escolher, sem estes mesmos locais, muitas das vezes, terem condições mínimas estruturais, como escolas, postos de saúde, transporte coletivo e etc.

Só podemos compreender por que as remoções foram executadas a partir da noção de que o estigma de favelado foi ampliado ao máximo, o que possibilitou ao Estado sistematizar a política de remoções, através de órgãos com atribuições definidas em todas as etapas do processo, desde a decisão de remover determinada favela até a instalação das famílias nos conjuntos habitacionais, embora tal nível de planejamento terminasse ali (BRUM 2012, p.89).

De todas as políticas públicas empreendidas, podemos dizer que a mais dramática fora a de remoções, principalmente por esta sequer oferecer aos moradores das favelas o direito de escolha.

Brum (2012) complementa ainda, que a utilização das remoções foi perdendo força por diversos fatores e outras políticas foram sendo implementadas, muitas delas com o viés de tornar regular as favelas e aplicar os princípios de urbanização, tendo em vista principalmente o seu nível de crescimento e ocupação. Porém anos depois, diversos argumentos foram utilizados para justificar a reutilização dessa antiga e aparentemente superada prática, fatores como defesa do meio ambiente,

risco de violência para a vizinhança, riscos para os moradores, e mais recentemente para a preparação dos Grandes Eventos Esportivos que foram realizados na cidade do Rio de Janeiro, entre eles com destaque a Final da Copa do Mundo no ano de 2014 e as olimpíadas no ano de 2016, serviram de justificativa para que se efetuasse novas remoções.

Apesar de todas as tentativas de erradicação das favelas, em 2010, segundo dados do Instituto Pereira Passos (IPP) foram estimadas cerca de 763 favelas na cidade, no qual a população residente nas mesmas representava 23% do total da população carioca ou seja 1.443 mil habitantes⁶.

Entre os seis maiores aglomerados do Brasil, todos com mais de 50 mil habitantes, dois se encontram na cidade do Rio de Janeiro e ocupavam a primeira e a terceira posição: Rocinha e Rio das Pedras, com 69.161 habitantes e 54.793 habitantes respectivamente. Todos os outros quatro estão em Brasília, São Luís, Belém e Recife. Apenas 16% dos 5.565 municípios brasileiros pesquisados pelo IBGE em 2010 tinham mais de 50 mil habitantes.⁷

Conforme o capitalismo foi se desenvolvendo no país ao longo das últimas décadas, a cidade também se desenvolveu, cresceu e isso ao contrário de torná-la mais estruturada, criou uma dicotomia perversa, quanto mais a cidade se desenvolvia, paralelamente as favelas aumentavam, a intervenção do Estado, ora revestida de políticas públicas, ora coercitiva não foi capaz de deter o seu crescimento nem tampouco amenizar os problemas de violência e precariedade urbana vivenciadas em seu cotidiano.

Entretanto, as favelas adquiriram um contorno bem diferente de sua configuração original, de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela em 2015, com apoio do Data Popular e da Central Única das Favelas (Cufa), são movimentados cerca de R\$ 68,6 bilhões por ano pelos moradores das favelas no país, existe uma média de 12,3 milhões de pessoas vivendo em comunidades e

⁶ Disponível em:
http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF> Acesso em 20/01/2018

⁷ Disponível em:
<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF> Acesso em 20/01/2018

atualmente, 67% dos lares já são equipados com aparelhos domésticos de qualidade, como televisões de plasma, LED ou LCD.⁸

Por outro lado a pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular mostra que ainda é preconceituosa a visão dos moradores do asfalto em relação aos de favelas. Foram consultadas 3.050 pessoas em 150 cidades de todo o país e revelado que 47% dos cidadãos do asfalto não contratariam, para trabalhar em sua casa, uma pessoa que morasse em uma favela. Porém, o Rio de Janeiro se mostra uma exceção, revelando que um terço da mão de obra feminina das favelas é formada por empregadas domésticas. O presidente do Instituto Data Popular e fundador do Data Favela, Renato Meirelles afirma que (...) *o Rio de Janeiro tem um fenômeno que não ocorre em outras regiões metropolitanas, que é uma presença maior de favelas nas áreas nobres da cidade (...) Isso explica a maior interação entre moradores do asfalto e de favelas no Rio de Janeiro.*⁹

O presidente do Instituto informa também que muitas pessoas no Rio preferem ocultar onde moram e não afirmarem diretamente que são moradores de favelas.¹⁰ A pesquisa revela ainda que 69% dos entrevistados do asfalto disseram que têm medo quando passam em frente a uma favela e 51% afirmaram que as primeiras palavras que lhes vêm à mente quando ouvem falar de favela são “droga e violência”. Associando os moradores das favelas a “ladrões” e a criminalidade.

Para Renato Meirelles, existe uma associação entre a favela e a criminalidade, a ausência do Estado, a instalação do tráfico como poder paralelo e o posicionamento da mídia, serviram para alimentar esse estigmatização, tanto das favelas, quanto de seus habitantes.

Devido ao número de favelas existentes na cidade do Rio de Janeiro e sobretudo, em razão de sua distribuição geográfica, distribuídas por todas as áreas da cidade, principalmente as centrais, constatamos a impossibilidade atual de ocultar a presença das favelas e de seus moradores, como tanto se tentou fazer, ao longo dos anos, sendo por meio de remoções e transferências para áreas mais distantes, com o intuito de desconectá-las da vida carioca típica dos bairros da Zona Sul e do

⁸ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-03/moradores-de-favela-movimentam-r-686-bilhoes-por-ano-indica-estudo> Acesso em dezembro/2017.

⁹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/moradores-do-asfalto-tem-visao-preconceituosa-em-relacao-favelas> Acesso em dezembro/2017.

¹⁰ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/moradores-do-asfalto-tem-visao-preconceituosa-em-relacao-favelas> - Acesso em dezembro/2017.

Centro, porém atitudes no sentido do não reconhecimento, da deslegitimação e da criminalização da sua existência ainda se fazem presentes nos dias de hoje.

Atualmente, existe no país cerca de 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas, enquanto que o Rio de Janeiro possui uma população de mais de 1 milhão de habitantes moradores de favelas¹¹, o que é um número extremamente considerável, embora essa representatividade numérica muitas vezes não venha a se traduzir em políticas públicas, que melhorem efetivamente os seus locais de moradia e que não isentam seus moradores de sofrerem os mais variados tipos de preconceito e exclusão social.

Em vez de bairros populares reais com suas diferenças e suas especificidades, onde relações sociais extremamente complexas se estabeleciam, o título icônico – favela – construiu imagens dotadas de elevado índice de artificialidade, repletas de ideias preconcebidas, estigmas e romantizações. (Meirelles e Athayde, 2014, p. 10)

As favelas precisam ser compreendidas e examinadas a fundo, precisamos nos despir de tudo que fomos conduzidos a presumir sobre sua dinâmica, elas são um fenômeno da modernidade, fruto da sociedade que estamos construindo e não está dissociado deste, ao contrário, a favela reflete e sofre as consequências de um sistema excludente e autofágico, contudo, ao mesmo tempo ela tem se reinventado e se adaptado ao longo de sua existência, buscando sua sobrevivência e voz dentro da sociedade da qual ela claramente faz parte.

1.4 A quebra da hegemonia e a cultura das periferias

É importante diferenciar o que é favela e o que é periferia, embora existam favelas periféricas e favelas em áreas nobres, ao se falar em cultura periférica e cultura das favelas, precisamos salientar que são duas realidades distintas. Porém, ambas vivenciam os mesmos aspectos da segregação social, onde os contornos das fronteiras simbólicas separa tanto a periferia das zonas nobres da cidade, de uma forma muito mais contundente do que a distância geográfica, de forma semelhante ocorre com as favelas que estão localizadas nas próprias zonas nobres, embora

¹¹ Segundo dados do IBGE de 2010. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas.html> Acessado em agosto de 2018.

próximas geograficamente, elas também se encontram separadas do restante da cidade e são consideradas “periféricas” por conta dessas mesmas fronteiras simbólicas cujos contornos são mais nítidos para quem as vivencia no cotidiano. Portanto, se a periferia carece de acesso a serviços essenciais, a cultura e ao lazer disponíveis aos moradores das zonas sul e central, o mesmo acontece para os moradores das favelas localizadas nessa região, que embora não morem propriamente nas periferias, apenas se encontram geograficamente dentro das zonas nobres da cidade, mas continuam aparte dos benefícios que os moradores da cidade possuem e desfrutam.

Dessa forma, mesmo sendo conceitos diferentes, favelas e periferias, vão além de uma perspectiva meramente espacial, mas possuem em comum os estigmas e preconceitos que desenham e limitam suas existências, apresentam também uma abordagem dualista da cidade que se manifesta inicialmente nas oposições cidade/favela e centro/periferia - dualidades que são perpassadas, em sua maioria, pela questão das ilegalidades e irregularidades urbanas que acompanhariam a inserção das camadas pobres da população no espaço urbano (Valladares, 2000)¹².

Compreendemos que tanto a cultura vinculada as classes mais ricas, assim como a chamada cultura popular possuem um conjunto de símbolos, representações e dinâmicas que se distinguem propositalmente uma da outra, onde são estabelecidas caracterizações próprias e que refletem o valor atribuído as identidades de ambas; muito embora a cultura hegemônica tente manter o seu status dominante se valendo do processo de estigmatização imposto à cultura das esferas mais populares da sociedade, o que verificamos em contrapartida, é que a cultura popular representa uma parcela cada vez mais significativa quantitativamente da sociedade e que vem aos poucos tomando consciência do seu valor e sendo assim, buscando se estabelecer e se posicionar nesse cenário.

Nesse sentido, voltamos novamente ao conceito inicialmente do *habitus* e do capital cultural de Bourdieu, ao constatarmos dois conjuntos específicos que refletem a estruturação do *habitus* da cidade, estes dois grupos dividem espaços geográficos relativamente próximos e que muitas vezes se permeiam entre si, mas que

¹² VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, V.15, n. 44, Oct. 2000. Acesso em janeiro de 2018.

respectivamente demonstram uma série de diferenciações que pouco se mesclam, mantendo suas particularidades, frutos de suas diferenças sociais e econômicas.

Existe uma tentativa dos grupos dominantes de fazer com que os grupos populares incorporem o seu *habitus*, vemos isso a todo momento, seja nas mídias, nos padrões estéticos impostos, nas tentativas de subjugar a outra cultura tratando-a como inferior, na não aceitação de suas produções culturais ou na sua aceitação somente quando esta é feita sob o caráter do benefício concedido ao menos favorecido, como se a cultura dominante possuísse o aval do julgamento e da escolha do que pode ou não ser atribuído valor ou entendido como cultura, esse comportamento tenta produzir e reforçar uma baixa auto estima em seus membros, um sentimento constante de não-aceitação, de deslocamento e de inferioridade, onde ele se vê sem a valorização da sua própria identidade.

Ao criar uma estrutura excludente, onde os padrões comportamentais causem estranhamento aos seus membros e estes não se vêm representados, percebemos que o que se tem por objetivo é afastá-los e renegá-los a margem do processo cultural, na verdade esse processo vai além disso, ao tratar os moradores das periferias e favelas urbanas como cidadãos de segunda classe e/ou possíveis criminosos classifica-se e reforça-se que sua cultura representa algo não desejável e até mesmo marginal. Uma total desqualificação de qualquer manifestação cultural que possa vir desse meio faz com que se estabeleça que a cultura das classes dominantes seja a única manifestação cultural legítima e de valor na sociedade.

Os desdobramentos dessa dominação utilizam das construções simbólicas para se perpetuarem no universo material, suas inúmeras implicações são sentidas em vários níveis, a própria distribuição espacial da cidade, por exemplo, mesmo compartilhando a mesma cidade e conseqüentemente o acesso aos espaços de lazer, consumo e de fruição de cultura, na realidade o que se percebe é que estes espaços estão ainda bem demarcados por seus usuários, como se existissem fronteiras e até muros invisíveis que impedem uma circulação plena. Até mesmo os espaços públicos não podem ser entendidos como espaços democráticos, já que por uma série de fatores relacionadas as disparidades sociais, estes não são usufruídos de forma equivalente por toda a população.

A questão da segregação não se limita ao espaço cidade-favela, morro-asfalto, mesmo que um se mistura ao outro, numa interação constante, de certa forma, eles permanecem apartados e esse *apartheid* vivido entre esses dois

mundos, também está presente, percorre e delimita outros ambientes urbanos. Esses inúmeros ambientes a princípio se mostram como locais abertos, democráticos, onde a circulação não é limitada ou muito menos proibida, mas estes se mostram subjetivamente intransponíveis, a própria ausência de exposição de suas regras, já que declaradamente elas não existem, faz com que sua forma de atuação seja até mesmo mais eficaz, porque como a segregação existe somente no plano simbólico do pertencimento, ele não tem como ser diretamente confrontado e combatido.

Podemos perceber essa dinâmica, nos shopping centers, espaços culturais, praças em parques públicos, em até em determinadas áreas urbanas como certas ruas da cidade e praias, onde grupos que não são bem-vindos como moradores de rua, jovens negros, pessoas que possuem um determinado padrão estético (seja relativo a sua forma de vestir ou ao seus diversos comportamentos, por exemplo) são intimidadas de alguma forma a não frequentarem esses locais, sendo os mecanismos de controle e contenção utilizados para tanto, como dissemos, não claramente declarados, mas estão presentes e coíbem a circulação pelos espaços urbanos, delimitando quem tem ou não o direito de usufruí-los e frequentá-los, conforme mostra a reportagem de um grande veículo de mídia impressa:

Eram por volta das 14h30m de ontem quando 15 jovens, a maioria da periferia do Rio, se revezavam em um banco para quatro lugares no corredor externo do Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Ciaca), em Laranjeiras, após terem sido recolhidos pela Polícia Militar. O motivo? Estavam indo para as praias da Zona Sul do Rio. — Tiraram “nós” do ônibus pra sentar no chão sujo e entrar na Kombi. Acham que “nós” é ladrão só porque “nós” é preto — disse X., de 17 anos, morador do Jacaré, na Zona Norte. Do grupo que havia sido retirado de um ônibus que chegava a Copacabana, só um rapaz era branco. Os outros 14 tinham o mesmo perfil: negros e pobres. Todos os jovens ouvidos pelo EXTRA estavam em linhas que saem da Zona Norte em direção à orla, nenhum deles portava drogas ou armas.¹³

Segundo a defensora pública Eufrásia Souza das Virgens, que comanda a coordenadoria de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Cededica), e também do defensor Rodrigo Azambuja, que vão reiterar um pedido feito à 1ª Vara da Infância e Juventude da capital, para que a polícia militar seja proibida de abordar menores dessa forma. *A polícia está privando de liberdade esses adolescentes que*

¹³ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/pm-aborda-onibus-recolhe-adolescentes-caminho-das-praias-da-zona-sul-do-rio-17279753.html> Acesso em: junho de 2018

*não cometeram qualquer ato infracional, isso é inaceitável, algo que se fazia na ditadura militar.*¹⁴

Um exemplo de enfrentamento para casos como esse que podemos destacar, principalmente pelo seu alcance de visibilidade, inclusive na mídia internacional, chamando atenção para a questão da segregação social vivida não só na cidade do Rio de Janeiro, mas em todo o país, nesses últimos anos, foram os ‘rolezinhos’, como ficaram conhecidos. A princípio, os rolezinhos eram um simples encontro marcado entre jovens de periferia que se transformou em uma forma de manifestação que ficou famosa, principalmente por mostrar claramente como foi a reação da classe dominante, colocando em destaque todo o seu preconceito e intolerância e deflagrando o status de segregação social que vivemos.

Os rolezinhos, como foram chamados, começaram a ficar famosos em 2013/2014, estes nada mais eram que encontros de adolescentes das periferias urbanas que marcavam passeios coletivos em shopping centers em suas cidades, normalmente localizados em áreas nobres, os encontros eram marcados através de grupos de interesses em diversas redes sociais e foi atraindo cada vez mais, um número grande de jovens que, notadamente por conta de sua condição social, começaram a incomodar os frequentadores dos shoppings onde os rolezinhos aconteciam. Devido a isso, medidas foram tomadas para barrar o acesso a esses jovens. O fato tomou proporções maiores, chamando a atenção para discussão sobre a exclusão social no país e o direito de ir e vir desses jovens.

Apesar de serem pacíficos, foram feitas tentativas de criminalizar os encontros, shoppings chegaram a fechar suas portas, como aconteceu com o shopping Leblon ao tomar conhecimento que um rolezinho estava sendo planejado para acontecer em suas dependências e vários lugares chegaram a proibir os eventos, conseguindo esse direito pela própria Justiça¹⁵, decisão que vai exatamente à contramão da ascensão social experimentada pelas parcelas mais pobres da sociedade e que configura a tentativa de manter um distanciamento entre as classes, definindo onde, quando e como a população de periferia pode circular,

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/rolezinho-faz-shopping-leblon-no-rio-fechar-portas-neste-domingo.htm>>| Acesso em 20/01/2018.

limitando o seu direito de ir e vir e criminalizando a sua atuação, mesmo quando esta não oferece risco algum a sociedade.

Segundo a repórter e escritora Eliane Brum, em sua entrevista na Revista Fórum:

No sábado, 14, dezenas entraram no Shopping Internacional de Guarulhos, cantando refrões de funk da ostentação. Não roubaram, não destruíram, não portavam drogas, mas, mesmo assim, 23 deles foram levados até a delegacia, sem que nada justificasse a detenção. Neste domingo, 22, no Shopping Interlagos, garotos foram revistados na chegada por um forte esquema policial: segundo a imprensa, uma base móvel e quatro camburões para a revista, outras quatro unidades da Polícia Militar, uma do GOE (Grupo de Operações Especiais) e cinco carros de segurança particular para montar guarda. Vários jovens foram “convidados” a se retirar do prédio, por exibirem uma aparência de funkeiros. De novo, nenhum furto foi registrado.¹⁶

O que os rolezinhos nos mostram, fundamentalmente, é que, mesmo com todos os avanços econômicos e formas de luta que as classes mais baixas obtiveram nos últimos anos, a lacuna existente entre o mundo das favelas e periferias e o restante da cidade ainda persiste.

Ao utilizar o exemplo dos rolezinhos pretendemos demonstrar o quanto que a resposta dada a esse acontecimento ainda reflete o mesmo comportamento utilizado nas décadas de oitenta e noventa, período que representou um grande crescimento da concentração de renda e miséria nas principais cidades do país, conforme nos aponta Hoffmann:

O que ocorreu foi a inflação acelerada contribuir para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda no país, que atingiu um pico em 1989, no último ano do governo Sarney. De acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1989, naquele ano o índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas com rendimento positivo atingiu 0,630 (IBGE, 1997: 144). Isso colocava o Brasil como o mais desigual entre os países do mundo com dados confiáveis sobre a distribuição de renda (HOFFMANN, 2001).

No Rio de Janeiro, onde o aumento do desemprego, o crescimento da pobreza e concentração de renda, faziam com que esse processo ganhasse amplitude e maior notoriedade, criando um clima de insegurança e que a população temesse cada vez mais a violência e as multidões, trancando-se em condomínios privados e super vigiados, fechassem ruas públicas transformando-as em ruas ‘particulares’ e contratassem seguranças privativos, esse medo que era

¹⁶ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2014/01/16/ha-uma-tendencia-de-perceber-os-jovens-pobres-a-partir-de-tres-perspectivas-a-do-bandido-a-da-vitima-e-a-do-heroi/>

grandemente fomentado pela mídia, estimulando a criação de verdadeiras fortalezas que afastavam os cidadãos com maior poder aquisitivo do resto da população, delimitando claramente os limites de uma cidade cada vez mais dividida.

A mídia tradicional também sempre contribuiu para manter o *status quo* dos grupos dominantes. O Observatório das Favelas efetuou uma análise de 640 artigos no período de 6 meses no decorrer do ano de 2011 utilizando os seguintes meios de comunicação de massa do Brasil - *O Globo*, *Extra* e *Meia-Hora*, nesses três influentes jornais foi verificado que em todos os seis meses 'violência, criminalidade e drogas' foram os temas predominantes na construção das narrativas e notícias sobre estes territórios, chegando a corresponder a mais de 70% das pautas" abordados durante este período sobre favelas.¹⁷

O Observatório de Favelas também concluiu que ao longo dos últimos 30 a 35 anos a mídia brasileira sempre associou as favelas ao fenômeno da violência nos grandes centros. Esta relação superficial "fez com que a sociedade naturalizasse a violência contra o morador de favela, culpando-o mesmo quando ele é vítima da violência e não seu autor" (Assis; Minayo; Njaine; Souza; 1997 Apud Amaral Filho, 2008, p.81). De um lado temos jovens negros, que são, independentes de serem culpados ou não de algum crime, taxados prioritariamente como criminosos, porém se a situação for a mesma, mas o agente for uma pessoa de pele branca, automaticamente o discurso se modifica, se abranda, sendo ainda mais relevante esse abrandamento se for branco e de classe média ou alta.

Independente do que demonstram as pesquisas sobre a população moradora das favelas, estes são tidos como marginais e isto faz com que se crie um sentimento de banalização da violência dentro desses territórios, como se a violência fosse normal, fruto desse meio, ou até mesmo necessária no entendimento de alguns, assim quase que instantaneamente condenamos seus habitantes a sua própria sorte, ou falta dela, da mesma forma que é mais difícil desenvolver empatia por eles, ao contrário desejamos não nos envolver, o sentimento de rejeição e repulsa misturado ao medo e ao preconceito se tornam cada vez mais evidentes, enquanto que nos mostramos compadecidos das situações de violência nas outras áreas da cidade, quando essa mesma violência ocorre nas favelas e periferias não

¹⁷ Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Midia-e-favela_publicacao.pdf> Acesso em 20/01/2018.

demonstramos a mesma reação, já esperamos e até mesmo justificamos que essas condições sejam parte do dia-a-dia desses espaços e que seus membros de certa forma sejam merecedores, já que todos são possíveis ‘marginais’ e, no imaginário que se criou através desta narrativa, responsáveis de alguma forma por essa conjuntura em que vivem.

Os números de pesquisas mostram com muita clareza essa situação de segregação em que vivemos, sobretudo em relação a população negra. De acordo com o Atlas da Violência, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, principalmente brancos, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.¹⁸

Ainda no Atlas da Violência, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Em 2016, a taxa de homicídios da população negra aumentou, sendo duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. Nesse mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Em relação as mulheres a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. Em relação a população jovem, verificamos o mesmo padrão, com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, no ano de 2015, vemos que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco. Temos no jovem negro do sexo masculino o maior alvo de violência, perfil mais frequente de homicídios e também perfil preponderante dentro da população prisional no país.¹⁹

O que dentro da nossa sociedade possa ter aparentemente se normatizado, no entanto continua a chocar, principalmente os órgãos internacionais, como apresentou a presidente em exercício da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Margarete May Macaulay, que classificou como “absurda e perturbadora” a situação de violação de direitos humanos praticadas pelo Estado nas favelas do Rio de Janeiro, sua declaração foi dada na Audiência Segurança cidadã e situação de direitos humanos nas favelas de Rio de Janeiro, que ocorreu em outubro em Montevidéu, Macaulay questionou a atuação do Estado e afirmou:

¹⁸ Disponível em Carta Capital: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>> - Acesso em Agosto de 2018.

¹⁹ Disponível em Atlas da Violência: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> - Acesso em Agosto de 2018.

Está claro que as pessoas estão sofrendo porque são pobres. Há muito tempo venho ouvindo falar nas favelas, mas quais são as medidas que o Estado vem adotando para lidar com a pobreza? Quantos policiais foram condenados pelos assassinatos de civis e pelas pessoas feridas? O que o governo faz quando crianças morrem brincando na porta de casa e dentro da escola?

Durante a mesma Audiência, Eliana Sousa, integrante da Organização Não Governamental Redes de Desenvolvimento da Maré, que atua na comunidade homônima, relatou o episódio da operação na comunidade do Jacarezinho - Zona Norte do Rio de Janeiro, após o assassinato de um policial civil, que durou doze dias e resultou em oito mortos no mês de agosto do mesmo ano. Segundo Eliana, nesse período, sessenta escolas foram fechadas deixando sem aula mais de vinte e seis mil alunos e serviços essenciais como coleta de lixo, transporte, comércio e até mesmo fornecimento de energia elétrica foram interrompidos, conforme podemos observar em sua fala, em seguida:

(...) isso é o resultado de décadas de uma política discriminatória, militarizada e sem controle democrático, que opera à revelia dos direitos de uma parcela da população do estado do Rio de Janeiro, relegando-os à condição de cidadãos de segunda classe. A consequência disso é o massacre dos habitantes das favelas e periferias.²⁰

Não obstante, o receio da criminalidade seja real, a questão gerada pela estigmatização em torno de uma criminalização generalizada dos moradores das favelas e periferias foi uma das principais responsáveis por ocasionar a desvalorização da produção cultural oriunda desse meio, como se esses territórios não pudessem produzir cultura em geral, mas só fossem capazes de originar pobreza, bandidos, prostituição, crime e drogas. Nesse sentido essa produção cultural, como o samba, a capoeira, os grafites, as rodas de rimas, que antes tidas como artes inferiores, menores ou sub culturas pela a grande mídia e parte da sociedade, começam a ganhar importância e trazer visibilidade para os atores que a produzem e difundem, se inserindo, aos poucos, nos espaços externos as comunidades.

Podemos destacar o pensamento de Stuart Hall quando ele argumenta que o papel do “popular” na cultura popular é o de fixar a autenticidade das formas populares, enraizando-as nas experiências das comunidades populares das quais

²⁰ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-10/violencia-nas-favelas-cariocas-e-perturbadora-diz-representante-da> Acessado em 20/01/2018.

elas retiram o seu vigor e nos permitindo vê-las como expressão de uma vida social subalterna específica, que resiste a ser constantemente reformulada enquanto baixa e periférica (HALL, 2003, pg.341).

Não há aqui a pretensão de romantizar a favela ou os seus membros, não pretendemos excluir as mazelas existentes e agir em uma direção diametralmente oposta tornando o morador da favela que é marginalizado e rotulado como bandido pelas classes hegemônicas em um herói puro, intocável ou vítima da sociedade, ou partir da premissa que tudo que é produzido nas periferias e nas favelas deveria ter um valor intrínseco, justificado e atribuído por conta do seu local de origem. O que se aponta é a necessidade de se tratar a complexidade desse tema, desvinculando-o dos rótulos conferidos a este, sejam eles rótulos negativos, que o desqualificam por conta de sua origem, ou o contrário disso, rótulos que o exalte sem nem se quer avaliar o seu conteúdo e suas capacidades.

Entretanto, observamos que a produção das periferias esta cada vez mais conseguindo emergir e assumir o seu protagonismo no cenário cultural, hoje podemos afirmar a existência de uma crescente cena da cultura, fora dos padrões pré-estabelecidos pela cultura dominante, no qual ela surge e se desenvolve organicamente em locais precários e marginalizados da cidade do Rio de Janeiro – tanto nos bairros de periferias, quanto nas favelas, conforme aponta estudo feito pela Organização Não Governamental, Observatório de Favelas:

As favelas são solos férteis para criação cultural. O samba, a capoeira, o choro combinaram a dança e a música na gestualidade estética carioca. O funk, o hip hop, o break e o forró atualizaram as marcas do mundo vivido de seus moradores. A pintura, o grafite, a fotografia e o vídeo traduzem os diferentes pertencimentos à cidade. A favela faz florescer a cultura no Rio de Janeiro. Nos seus becos, ruas e praças estão os múltiplos encontros de sociabilidade. É a mistura da arte com a vida que faz a esperança cotidiana ser chamada de cultura. Por isso é que a favela é um território de experimentações e de desafios. Olhando, não identificamos equipamentos culturais monumentais. Mas quando nos aproximamos fica em relevo a pluralidade de invenções e de práticas que dão significado à existência humana. Esse cenário, contudo, não é reconhecido por importantes agentes da cidade, fazendo com que se reproduzam representações estereotipadas das favelas. É necessário, portanto, gerar novos registros em que as linguagens estéticas que permeiam o cotidiano das favelas sejam concebidas e vividas como práticas culturais relevantes (BARBOSA, 2013 p.13).

Podemos afirmar também, que estas manifestações culturais, ainda se encontram a margem dos processos culturais legitimados, sendo pouco aproveitados ou não recebendo estímulos para sua manifestação, como visibilidade

mediática, apoios institucionais ou financiamentos e patrocínios diversos. Caminham, na sua maioria, sem ajudas externas e se manifestam de acordo com seus próprios meios e recursos. A pesquisa desenvolvida nesse trabalho mostrará mais adiante alguns desses exemplos e de como esses grupos se organizam para sobreviver e executar suas ações.

Essas manifestações culturais estão paulatinamente descobrindo e se orgulhando de suas próprias vivências, costumes, produções e de suas realizações, não se escondem ou se diminuem frente a cultura dominante, ou tampouco a reproduzem, imitando seus valores e códigos, ao contrário, elas revelam novas formas de se fazer cultura, valorizar e de refletir, a sua própria história, o seu próprio meio de origem, se encontrando fora das grandes mídias tradicionais e possuem símbolos e linguagens próprias. Como entoam os versos do poeta Sergio Vaz no Manifesto da Antropofagia Periférica:

A periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor. Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune. Eis que surge das ladeiras um povo lindo e inteligente galopando contra o passado. A favor de um futuro limpo, para todos os brasileiros.²¹

Esses movimentos vão muito além da produção cultural, suas práticas geram autoafirmação e senso de pertencimento, um senso de identidade é construído entre seus membros, amortecendo sua condição de invisibilidade, principalmente por estarem estes marginalizados do restante da sociedade. Assim ao participar de grupos culturais dentro de suas comunidades criam-se redes de sociabilidade, onde valores são partilhados e o orgulho dos seus próprios símbolos é evidenciado. Aos poucos esse processo gera também o empoderamento dos seus membros, as questões discutidas vão além do universo cultural para o entendimento de questões mais amplas e do papel exercido dentro da sociedade.

Quando vemos grupos culturais que se contrapõem a uma cultura hegemônica, demonstrando ao mesmo tempo uma convergência de ideias de mundos diferentes, percebemos os elementos defendidos por Ginzburg e o conceito de circularidade cultural, até que ponto uma cultura se funde na outra, a história de Menocchio, do livro *O queijo e os vermes*, seu personagem, um camponês moleiro que a partir do seu contato com a cultura dominante, consegue construir um diálogo

²¹ VAZ, Sergio. Manifesto da Antropofagia Periférica. São Paulo: Disponível em <http://www.polifoniaperiferica.com.br/2011/12/manifesto-da-antropofagia-periferica-por-sergio-vaz/> - Acesso em 10 jan. 2017.

que se apropria dos elementos da cultura dominante, mas sem abandonar as raízes culturais camponesas. Esse contraponto entre uma cultura hegemônica e uma cultura 'inferior', Ginzburg explica da seguinte forma:

Até que ponto a primeira está subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em partes alternativas? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura? Os historiadores só se aproximaram muito recentemente – e com certa desconfiança – desses tipos de problemas. Isso se deve em parte, sem dúvida alguma, à persistência de uma concepção aristocrática de cultura. Com muita frequência ideias ou crenças originais são consideradas, por definição, produto das classes superiores, e sua difusão entre as classes subalternas um fato mecânico de escasso ou mesmo de nenhum interesse; como se não bastasse, enfatiza-se presunçosamente a “deterioração”, a “deformação”, que tais ideias ou crenças sofreram durante o processo de transmissão. Porém, a desconfiança dos historiadores tem também um outro motivo, mais imediato, de ordem metodológica e não ideológica. Em comparação com os antropólogos e estudiosos das tradições populares, os historiadores partem com uma grande desvantagem. Ainda hoje a cultura das classes subalternas é (e muito mais, se pensarmos nos séculos passados) predominantemente oral, e os historiadores não podem se pôr a conversar com os camponeses do século XVI (além disso, não se o compreenderiam). Precisam então servir-se sobretudo de fontes escritas (e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam. [...] Porém, os termos do problema mudam de forma radical ante a proposta de se estudar não a “cultura produzida pelas classes populares”, e sim a “cultura imposta às classes populares (GINZBURG, 1987, p.17-18).

Dentro do conceito de circularidade cultural, onde há uma troca entre as culturas dominante e a cultura mais subalterna, o processo de empoderamento se torna então essencial para o começo de uma ação participativa, o empoderamento dá voz, esse senso de pertencimento que ele traz gera conseqüentemente um senso de responsabilidade, de querer fazer parte de forma ativa das decisões de seu grupo ou meio social, não é só buscar o seu lugar dentro da sociedade, mas de representá-la através da participação e da formação de grupos para pensar e agir com esse objetivo.

Mas existem considerações que precisam ser feitas em relação ao termo empoderamento, não iremos aqui entrar no mérito da concepção do termo e de como ele foi talhado dentro de um contexto de sociedade (Norte Americana) diverso do nosso e nas diferentes abordagens atuais utilizadas, mas refletir sobre duas questões, a do empoderamento individual e do empoderamento coletivo/comunitário e como eles agregam tanto na construção do indivíduo, quanto na transformação social.

No empoderamento individual gostaríamos de refletir sobre duas considerações, uma que acreditamos ser a mais positiva, pois trata, como já falamos da formação da autoestima, do pertencimento e da autocapacitação, necessários para que o indivíduo alcance o seu poder transformador e de busca pelo progresso, como vemos no conceito do *self made man* (o indivíduo que se faz sozinho, pelo seu próprio esforço).

Porém isso traz uma outra importante consideração a ser feita, como o perigo do discurso da meritocracia, da não necessidade do Estado, onde todos, teoricamente são “iguais” e poderiam ser capazes de transpor os desafios sociais, sendo somente uma questão de vontade própria, tornando todo o contexto social de dominação e exclusão menos relevante, como se as conjunturas externas não tivessem peso sobre o indivíduo, suas escolhas e destino.

De acordo com Paulo Freire, não existe uma emancipação individual somente, como podemos ver nesse trecho de diálogo com Ira Shor (FREIRE & SHOR, 1986, pp. 134-135):

IRA: Não existe uma auto-emancipação pessoal?

PAULO: Não, não, não. Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade.

Deixe-me aprofundar um pouco mais nessa questão do empowerment. (...). Enquanto que o empowerment individual ou o empowerment de alguns alunos, ou a sensação de ter mudado, não é suficiente no que diz respeito à transformação da sociedade como um todo, é absolutamente necessário para o processo de transformação social. (...). Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si sós, suficientes.

O que queremos salientar é que em que pese a perspectiva individual, a importância do empoderamento individual na construção do ser, como é visto na análise do *self made man* e sua importância nessa, digamos, primeira fase da libertação de conceitos limitantes e da subordinação cultural dos grupos excluídos à cultura dominante. É importante, porém, que esse empoderamento não seja uma armadilha de um discurso simplista de meritocracia, mas que ele continue transcendendo para uma real transformação social. Como nas palavras de Freire:

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da

transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade. ((Freire & Shor, 1986, p. 71).

(...)A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (FREIRE & SHOR, 1986, p. 72).

No caso das formas de opressão artística/literária, por exemplo, o *status quo* dominante que delinea o que é esperado de uma produção literária para que esta tenha o rótulo de literatura e a importância concedida a símbolos como da Academia Brasileira de Letras, faz com que a produção literária fique restrita a grupos, que teoricamente teriam o aval de sua produção, por possuírem os requisitos acadêmicos que tomamos como necessários para esse processo.

Sendo assim, iniciativas como a *Literatura Marginal* é um bom exemplo da insurgência de uma cultura periférica possuidora de uma vertente mais contestadora, que segundo Oliveira: *Numa acepção estritamente artística, marginais são as produções que afrontam o cânone, rompendo com as normas e os paradigmas estéticos vigentes.*²² Esta surge em meados da década de setenta, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na *Literatura Marginal* poetas, músicos e pintores independentes se juntaram para fazer suas produções e as publicavam fora do mercado editorial, o tom crítico sobre a sociedade era uma marca presente, mas ao mesmo tempo refletiam as gírias e o jeito encontrados nas periferias.

Contrariando a noção de que as áreas periféricas, mais desprovidas de espaços culturais e recursos econômicos da cidade não possuem uma cena cultural, atualmente o que encontramos na região metropolitana do Rio de Janeiro, é um cenário efervescente e extremamente fértil culturalmente, principalmente em relação aos saraus e festas literárias. Os saraus são eventos multiculturais, onde pessoas se encontram para declamar poesias, rodas e batalhas de rima, artes visuais como grafite e pixações, apresentações musicais e teatrais, e também para promover debates, geralmente há um microfone aberto onde cada participante pode se inscrever e expressar, mostrar sua arte e ser o artista da vez, muitas das vezes serve também de palco para debater problemas e pautas comuns, principalmente as

²² Oliveira, Rejane 2011 p.1 Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotese/files/2011/05/7-Literatura.pdf> - Acesso em 07/2018.

identitárias, ligadas a problemas em questões raciais, de gênero, pautas LGBTs e diversas outras encontradas nas comunidades.

A forma de realizar esses eventos literários tem se reinventado constantemente, utilizando espaços informais, num formato de produção com baixo custo financeiro. Nesses espaços, a expressão é exercitada de forma democrática e transformadora, onde prática do microfone aberto estimula a participação coletiva de moradores, jovens rappers, escritores e escritoras, amantes da poesia, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras e quem mais se interessar podem participar sem restrições, bastando a vontade de participar com sua arte, seja ela cantada, falada, declamada, grafitada, encenada ou o que mais a criatividade permitir.

Vemos no exemplo dos Saraus Literários, como essas manifestações culturais corroboram para o conceito de circularidade cultural de Ginzburg, mencionado anteriormente, o próprio termo '*sarau*' originalmente era utilizado, para eventos muito comuns durante o século XIX, principalmente entre grupos de aristocratas e burgueses, demonstram a existência de um processo de circularidade cultural bem evidente nessa cena literária das periferias, um processo de reapropriação contínuo entre a cultura das classes dominantes e da cultura oriunda das camadas sociais mais subalternas, que fazem emergir dessa circularidade exemplos também na outra ponta, quando grupos hegemônicos bebem da fonte das culturas populares para criarem novas formas de manifestações culturais e artísticas. Esse processo, atualmente, é muito mais fácil de ocorrer, com a circulação e o acesso as informações, a internet, as mídias sociais, onde esse intercâmbio de informações está muito mais disponível do que jamais esteve anteriormente.

Porém essas manifestações não encontram ainda respaldo em termos de incentivos privados, governamentais e/ou políticos, estando sua criação, atuação e sobrevivência ligados intrinsecamente a iniciativa de seus próprios membros, isso leva a uma inconstância desses movimentos que correm o risco de não serem aproveitados em todo o seu potencial ou até mesmo de se extinguirem, caso não sejam utilizadas formas mais consistentes de torná-los sustentáveis.

As políticas culturais precisam apontar para promover essas transformações, precisam ser de fato estruturadas para trazer resultados para vida da população e não simplesmente usar a cultura das favelas ou das periferias de forma meramente recreativa e assim continuar perpetuando valores da cultura dominante. Sem essa reflexão, de nada adianta implementar políticas culturais, se elas não são capazes

de gerar inclusão e transformação social, já que elas manteriam o mesmo *status quo*, apenas transformando culturas em meros símbolos folclóricos.

Como veremos mais a frente, em uma pesquisa realizada com dirigentes das bibliotecas comunitárias, as questões identitárias também norteiam os processos culturais, onde são incluídas ações transversais com foco na literatura, mas promovendo ao mesmo tempo uma inclusão de diálogos diversos para superação de mazelas presentes nas periferias, como racismo, machismo, violência, homofobia e diversas outras lutas que nos remetem aos debates das lutas e posições de grupos oprimidos, levam a esse caminho de transformação que estamos propondo.

Porém, atentamos para o fato de que a questão da identidade periférica não deve ser determinante para definir o cerne desse debate, ela é parte dele e parte fundamental, mas em se tratando de produção cultural, sobretudo de produção literária, ela não pode ditar a sua exclusão e marginalização, assim como também não deve ser usada como meio de uma supervalorização desta, como já foi explicado, tendo em vista que uma valorização regida somente por esse precedente já denotaria um caráter preconceituoso, seria como uma caridade que se faz para grupos previamente vistos como desfavorecidos, sendo assim correríamos o risco de nivelar esse debate de forma simplista, preconceituosa e até mesmo aproveitadora e que nada agregaria para o propósito que estamos investigando.

O que se deve as favelas e periferias nesse sentido é buscar elementos reais e desprovidos de preconceitos para entender a complexidade da sua formação, a sua relação com o restante da cidade, em como ela é percebida por seus membros e por aqueles que estão fora dela, a sua trajetória no sentido de se fazer presente como uma cidade dentro de outra cidade, que por uma série de fatores, sobretudo pelo descaso dos governos, das intervenções equivocadas do poder público e do medo e preconceito das classes dominantes, precisou inventar suas próprias regras, aprender seus próprios valores e escrever sua própria história, sempre a margem de outra cidade do qual ela pertence, mas que a renega e que a todo o momento teima em lhe imprimir rótulos, sem nunca na verdade, ter lhe enxergado de fato.

2 O ESTADO E A FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO.

O conceito de Estado Nacional dentro da nossa sociedade possui como base central a legitimidade do poder e é tido como responsável oficial pelas demandas sociais objetivando a ordenação da sociedade e o bem estar geral da população. Porém, embora tenhamos o Estado como uma instituição teoricamente presente, já que ele, teoricamente, define estruturas de poder e legalidade entre as instâncias sociais, esse é um conceito relativamente novo, já que o Estado moderno, tal qual o conhecemos hoje é fruto do fim do feudalismo e da consequente ascensão do capitalismo mercantil na Europa.²³

A forma como o Estado foi sendo estruturado, suas responsabilidades e atuação tiveram diferentes abordagens ao longo dos tempos e dos territórios, assim como sua concepção está relacionada a questões ideológicas – a noção da função do Estado difere substancialmente se for analisada a luz de um pensamento liberal ou marxista, por exemplo. O fato é que dentro da sociedade brasileira, a presença do Estado sempre foi tida como central na organização social, sendo os interesses por ele defendidos delineados de acordo com o poder político predominante.

A unidade estatal não parece, de fato, nem como orgânica nem como fictícia, mas como unidade de ação humana organizada de natureza especial. A lei da organização é a lei básica de formação do Estado (cf. acima, p. 114 e segs.). A sua unidade é a unidade real de uma estrutura ativa cuja existência, como cooperação humana, torna-se possível graças à ação de 'órgãos' especiais conscientemente dirigida para a formação eficaz de unidade. De máxima importância para o nascimento e conservação da unidade estatal são, sem dúvida, os vínculos vitais e impulsivos, os laços da psicologia coletiva e da imitação, os geográficos, nacionais, econômicos e mesmo jurídicos, todas as comunidades naturais e históricas, todos os 'fatores de integração' reais e funcionais (HELLER, 2008).

As políticas públicas, genericamente estão relacionadas as ações do governo no sentido de atender problemas e demandas sociais, dos quais necessitam de processos governamentais para colocá-los em prática, atingindo os grupos ou a sociedade como um todo. Diferentemente do setor privado que funciona e é regido pela ótica do lucro, escolhendo as estratégias que melhor respondam a essa premissa, o setor governamental precisa corresponder aos interesses públicos.

²³ Estado, sociedade civil e legitimidade democrática , Luiz Carlos Bresser Pereira. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000200006 – Acessado em Agosto de 2018.

(...) as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade (AMARAL; LOPES; CALDAS, 2008, p. 5-6).

Em relação as políticas públicas, Souza (2007, p. 68) demonstra a não existência de uma única ou melhor definição sobre o conceito de política pública, e apresenta algumas definições de autores da área:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lyn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma de atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê, e que diferença faz. Já a definição mais clássica é atribuída a Lowi apud Rezende (2004): política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas (Souza, 2007, p. 68).

Em outra perspectiva, pode-se observar que a escolha do governo é impelida por ideologias, interesses e necessidades de vários atores, sejam eles formais ou informais

Na formação das políticas públicas podemos observar a influência de atores formais e informais juntamente com os seus interesses, necessidades e ideologias (SILVA e BASSI, 2012), os primeiros são os que formulam as ações responsáveis pela produção das políticas e pela tomada de decisão (os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os burocratas, as agências governamentais, etc). Os atores informais são os que ocupam determinado papel nesse processo, porém sem possuir autoridade legal, fazem parte porque defendem seus valores, sendo afetados por essas políticas, são os cidadãos comuns, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e organizações diversas, que são motivados pela percepção de seus interesses e concepções diversas acerca da função das política, do seu desempenho e suas finalidades.

O modelo do ciclo da política pública é considerado um dos mais importantes no campo da análise das políticas públicas e, segundo Souza (2007), caracteriza-se enquanto um processo dinâmico e de aprendizado, onde cada um dessas etapas abrigam outros modelos e adereçam as questões presentes de todo o processo, analisando desde a implantação até o momento da avaliação das políticas de forma aprofundada, ele mostra como a construção das políticas públicas se dá através de um ciclo que é formado através de seis estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Observamos o vínculo existente entre a cultura e a política. E podemos destacar que políticas públicas não se reduzem a estratégias de atuação política, mas expressam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. Porém as questões de participação dos setores da sociedade civil na discussão e na formulação das políticas públicas com respeito a essas questões ainda estão mais restritas as funções e responsabilidades relativas à implementação e execução das políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, como no caso das Organizações Não Governamentais, Organizações Sociais, etc, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação das políticas.

O termo *New Public Governance* ou *Governança* é um movimento que surge nos anos noventa e pauta o reconhecimento da importância da boa interação entre governo, sociedade civil e setor privado.²⁴

A Governança segue a linha estabelecida com o New Public Management de transferência para o setor público de elementos da organização administrativa do setor privado, porém destacando um maior relacionamento institucional com a sociedade.

Para Fischer *governança é um conceito plural, que compreende não apenas a substância da gestão, mas a relação entre os agentes envolvidos, a construção de espaços de negociação e os vários papéis desempenhados pelos agentes do processo* (FISCHER 1996, pág. 19).

²⁴ PRATS I CATALÁ, Joan. "Veinte años de modernización administrativa em lós países de La OCDE. Leciones aprendidas" In: ARGENTINA. Projeto de Modernizacion del Estado. Seminário Internacional sobre Modernizacion del Estado. Buenos Aires, 2006.

De acordo com Osborne (2006) na administração pública o foco é na definição de regras, no cumprimento das leis, e do uso da burocracia tanto para formular, como para realizar as políticas, além de uma divisão entre a política e administração dentro das organizações públicas. Enquanto que a Nova Governança Pública possui seu processo de atuação fundamentado nos relacionamentos institucionais com a sociedade, nas redes interorganizacionais interna e externamente ao governo para prover serviços públicos, é amparada por relações de confiança ou contratos relacionais e compreende o Estado como um organismo plural.

O conceito de Governança emerge junto a um mundo em constante e rápida transformação, refletindo a sociedade pós moderna; o pluralismo social, a necessidade de representatividade, a globalização, o surgimento das redes sociais e a conectividade, todos esses fatores contribuem para que se desponha nesse novo cenário um cidadão consciente da sua condição, capaz de vocalizar seus anseios e expectativas, esse cidadão começa a enxergar o Estado e seu papel de outra forma e a cobrar por uma atuação e um envolvimento diferente de como era feito até então, precisando de um Estado que esteja convergindo na mesma direção, no planejamento de ações em conjunto, com efetivos mecanismos de controle e que comprometido com os princípios da governança, buscando incluir a participação social, fomentando o compartilhamento de responsabilidades na produção das políticas, na tomada de decisões e sobretudo na busca de soluções efetivas para as questões sociais.

2.1 A deficiência das políticas culturais e os grupos marginalizados

No que se refere ao tratamento das diversas questões que abrangem os grupos marginalizados, podemos dizer que as consequências gerais da falta de políticas ou a ineficiência das existentes, não só afetam a vida desses grupos diretamente, como também comprometem a sociedade como um todo. Os efeitos sentidos não se restringem somente a estes, mas possuem derivados que direta ou indiretamente repercutem na vida de toda a sociedade, demonstrando inegavelmente a necessidade de algum tipo de interferência do Estado seja na realização de políticas públicas, principalmente as de prevenção, o que por si só já

evitaria diversos problemas, mas também em ações de contenção e enfrentamento para os problemas existentes.

No Brasil, desde 1970, a aglutinação de infraestrutura e serviços em determinadas áreas tem provocado especulações em torno dos valores dos imóveis mais próximos às facilidades de residir em um centro, de “ter tudo próximo”. Nesta construção sócio-histórica, a periferia é formada e referida como lugar de moradia da população de “baixa renda”, marcada por segregação espacial e pela precariedade e deficiência em infraestrutura, serviços, mercado de trabalho e lazer. Condições que tem levado a correlacionar periferia a um lugar de pobreza, falta de higiene e violência, de forma a construir estigmas (SERPA, 2001).

Nas zonas periféricas, locais onde há maior índice de indivíduos pertencentes aos grupos mais marginalizados da sociedade, predominam, além da violência, a falta de condições básicas de sobrevivência e de políticas de cultura e lazer, conforme aponta estudo da Organização Não Governamental, Observatório de Favelas:

“o olhar panorâmico não reconhece a pluralidade da produção cultural das favelas. Além disso, não registramos equipamentos culturais monumentais que possam identificar a potência criativa dos territórios populares. Não há prédios grandiosos e até mesmo os menos simples não ilustram a paisagem” (Observatório de Favelas, 2013. p.21)²⁵.

A presença precária do Estado é notória, embora seja extremamente necessária a criação de políticas que essencialmente possibilitem melhorias na qualidade de vida da população, as ações de inclusão social não podem ser preteridas, como a implantação de ações no âmbito da cultura que podem se desenvolver e apresentar possibilidades de novos caminhos para os indivíduos desses locais, permitindo que estes, possam dessa forma buscar sua independência e empoderamento, se assim almejarem.

As periferias ainda são tratadas de forma estigmatizada pela sociedade, sobretudo pelos grupos mais privilegiados socialmente e economicamente, tudo o que não for referente a questões ligadas a violência, drogas e pobreza é visto como exceção, essas análises normalmente são realizadas por pessoas que não pertencem a esses espaços e que muitas vezes sofrem influência de estereótipos carregados de pré-conceitos o que dificulta a distinguir as particularidades dos seus

²⁵ Disponível em: http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/05/SolosCulturais_ISSUU-2.pdf. Acesso em Julho de 2018)

moradores e os modos de funcionamento próprios dessas realidades, além de não aproveitar o potencial criativo de diferentes regiões da cidade, como mostra o Observatório de Favelas em seu estudo:

A construção de uma cidade democrática terá como marco uma ampla e radical política de afirmação das diferenças socioculturais. Para tanto, faz-se indispensável o reconhecimento da pluralidade de imaginários e práticas vividas na cidade, destituindo de qualquer legitimidade os padrões hierárquicos que ainda orientam relações de supremacia cultural entre indivíduos e coletivos sociais (Observatório de Favelas, 2013. p.18.)²⁶

Goffman argumenta que os estigmas são marcas sociais construídas historicamente para a sujeição de indivíduos considerados fora do padrão de normalidade, definindo o conceito de estigma como: *a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena* (Goffman, 1988.p.07).

Esse estado de desconhecimento sobre a realidade das periferias não repercute somente em preconceito vivenciado pela sociedade, mas tem efeitos na própria formulação de políticas públicas, onde muitos gestores, por não conhecerem o cotidiano e a dinâmica desses locais e nem entenderem o cerne dos problemas enfrentados, projetam soluções que não conseguem dialogar com a realidade local, não envolvem a comunidade de forma mais participativa em suas ações e terminam muitas vezes, naufragando em suas intenções, o que, em se tratando de políticas governamentais, se traduz diretamente em desperdício do erário público, já que além de não resolverem os problemas existentes, ainda acarreta em desperdício dos recursos utilizados.

Botelho argumenta que é necessário que uma política pública seja capaz de entender os territórios nos quais ela irá atuar, assim como os atores envolvidos e as demais particularidades que envolvem o objeto em questão.

Uma política pública se formula a partir de um diagnóstico de uma realidade, o que permite a identificação de seus problemas e necessidades. Tendo como meta a solução destes problemas e o desenvolvimento do setor sobre o qual se deseja atuar, cabe então o planejamento das etapas que permitirão que a intervenção seja eficaz, no sentido de alterar o quadro atual. Por ser conseqüente, ela deve prever meios de avaliar seus resultados de forma a permitir a correção de rumos e de se atualizar permanentemente, não se confundindo com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais. Não se confunde também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm conseqüência exatamente por não serem pensadas no contexto dos

²⁶ http://observatoriodefavelas.org.br/wpcontent/uploads/2013/05/SolosCulturais_ISSUU-2.pdf Acesso em Julho de 2018).

elos da cadeia de criação, formação, difusão e consumo (BOTELHO, 2007, p. 3-4).

Formular projetos sociais sob uma ótica desprovida da investigação e do diagnóstico da realidade relativa aos locais que serão atendidos por essas políticas é praticamente fadá-las ao fracasso. A necessidade de unir aqueles que serão atendidos pelas políticas públicas aos responsáveis pela sua formulação é fundamental para que essas tenham maiores chances de atender as demandas nas quais se propõe.

Porém, para efetivar uma mobilização coerente é necessário fazer-se entender que o papel das Políticas Públicas é bem mais amplo. Comumente, este processo está impregnado de luta pelos próprios interesses, ficando de fora aquela que é de fato a parte mais interessada, a população.

Para criar uma política pública cultural, mas que possua elementos de enfrentamento a outras questões transversais como combater a exclusão social e conseqüentemente baixar os índices da violência e da criminalidade seria imprescindível que a população participasse, atuando nas decisões, a partir de formulações integradas e construídas na convivência, para que as mudanças sejam realmente possíveis de serem alcançadas.

Não pretendemos aqui dizer que essas medidas são suficientes para efetivamente erradicar a exclusão e a violência, mas processos consultivos e transparentes auxiliam na tomada de decisões e colocam o cidadão no cerne do debate, é o que se verifica das experiências vivenciadas no país ao longo das últimas décadas com relação ao aumento da participação e à construção de espaços públicos que objetivam a ampliação e a democratização da gestão estatal que têm sido implementadas por vários conselhos gestores de políticas públicas. A maioria tem perfil deliberativo e de fiscalização, e se conformam como importante espaço de democracia participativa e também de publicização das políticas, contribuindo com “o processo de deslocamento das discussões e decisões da esfera privada para a esfera pública” (BULLA e LEAL, 2004:4).

Não há como modificar uma situação precária sem que as partes mais interessadas neste processo possam se integrar. Por isso é fundamental a inserção de grupos historicamente excluídos pela cultura dominante na concepção das políticas públicas.

Outra questão a ser adereçada é o fato de que muitas vezes as políticas culturais apresentarem ações e projetos com exclusivo apelo do entretenimento passageiro, como é o caso de shows que demandam altas verbas, sem, no entanto, utilizar a cultura como um meio de transformação social, isso não chegaria a ser um problema se não impactasse na forma de utilização do orçamento público, subtraindo de projetos que realmente são necessários a população.

Porém, existem muitos projetos culturais que possuem ao mesmo tempo o viés do entretenimento e a função social, como é o exemplo da fundação do Olodum que em 1979, marca o início desse tipo de iniciativa dentro da cenário cultural urbano e de projetos culturais, de arte-educação ou socioeducativos, cuja missão é a de orientar setores jovens da população pobre do Brasil para a conquista da cidade usando a cultura como ferramenta de educação para a transformação social (SOVIK, 2014 p. 173).

Sovik argumenta ainda sobre o apelo que essas iniciativas foram ganhando e se tornando bastantes populares, ocupando espaços midiáticos e até mesmo de comunicação de massa, como programas na televisão aberta, atraindo desde a academia, autoridades e as mais diversas pessoas, trazendo uma grande visibilidade para esses projetos, e conseqüentemente para o que acontece nesses locais onde elas se originam, como as favelas e comunidades similares. Essa visibilidade também ajuda na questão de patrocínios, atraindo doações e até mesmo incentivando fundações de organizações e projetos.

Outro aspecto importante em relação a projetos como o Olodum, AfroReggae, Nós do Morro, é como eles ressignificam conceitos e padrões estéticos, trazendo empoderamento para esses grupos que se vêm representados. Como Sovik argumenta:

as novas versões de beleza humana encantam observadores e contribuem para a crescente presença pública de figuras antes tidas como periféricas. De alguma maneira, os sujeitos da arte-educação produziram novas figurações do jovem da periferia e da favela, assim como novos produtos culturais que interessavam à mídia (SOVIK, 2014, p.174).

Strauss argumenta que as nossas identidades são formadas a partir de ponderações feitas por nós mesmos e dos espelhos e julgamentos feitos pelos outros. Dessa forma acionamos códigos particulares e terminologias simbólicas específicas que nos auxiliam a para lidar com esses diferentes estados. Sendo

assim, adaptamos os nossos valores e comportamentos com o objetivo de alcançar o sentimento de pertencimento em relação ao grupo que nos avalia (STRAUSS, 1999).

Todo este quadro reflete diretamente na necessidade de melhorar a qualidade de vida urbana e de propiciar o desenvolvimento humano como um todo. As atividades culturais e também as recreativas, que estimulam práticas de cidadania e a ocupação qualitativa do tempo livre são importantes possibilidades e instrumentos criativos e oportunos de enfrentamento à questões sociais, educacionais, de saúde pública e até mesmo para abordar questões ligadas a violência, por oferecer perspectivas melhores e de mais qualidade de vida, também oferecem perspectivas de um futuro melhor

Por conta disso é necessária que se estabeleça uma comunicação efetiva primeiramente entre os diversos setores responsáveis pela concepção das políticas culturais, dessa forma poderá se estabelecer o que cada órgão planeja e como pretende executar, trocando entre si informações e experiências e planejando suas ações em conjunto para que não haja desperdício de erário público em ações desprovidas de apelo social, especialmente em regiões onde essas se fazem necessárias. Neste contexto, o papel do Estado seria o de reduzir a carência de políticas públicas que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por arte e cultura, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social.

A perspectiva de promover ações de leitura em áreas com níveis de desenvolvimento sociais mais baixos necessitam da construção de estruturas que possibilitem o desenvolvimento social dessas regiões, porém respeitando e compreendendo suas inúmeras e diversas especificidades e necessidades. Entende-se, portanto, que cada região é única e que elas precisam ser antes de tudo, investigadas e analisadas na complexidade de sua própria territorialidade, para que então sejam traçadas formas de enfrentamento aos diversos problemas que elas apresentem.

Essas políticas precisam exercer toda a sua transversalidade, compreendendo as diversas conexões que regem os fenômenos sociais para que os programas criados possam englobar as vertentes necessárias e dialogar com os múltiplos atores envolvidos, tratando as questões sociais sob o prisma multifacetado que elas apresentam. Movimentos sociais, artistas, moradores das comunidades,

todos precisam fazer parte desse processo; as políticas de inclusão precisam ser concebidas e realizadas sob a ótica da própria inclusão.

2.2 Intersetorialidade – Mecanismos para propiciar as Políticas Públicas de Livro e Leitura.

A busca por um modelo de gestão menos burocrático e mais eficiente vem trazendo um novo olhar para as políticas públicas e levado os modelos de gestão atuais a buscarem formas de atuação integradas e inclusivas, compartilhando recursos, metas e desenvolvendo estratégias em conjunto, partilhando de experiências vivenciadas entre os diversos atores que a compõem. Adotar uma posição de articulação profissional, entre cada área de atuação, tem sido cada vez mais utilizada pelos gestores para atingir problemas sociais que cruzam as barreiras setoriais e necessitam de uma atuação integrada capaz de vislumbrar o indivíduo, o problema e a sociedade “como um todo” e não de forma fragmentada, isolada e desarticulada (SANTOS, 2011).

Sendo assim, o que propomos ao analisarmos o tema da intersectorialidade, partindo, a princípio de uma perspectiva conceitual, é aferir a importância da aplicação desse conceito no planejamento e na gestão de políticas públicas da cultura, como forma de apontar caminhos no âmbito da gestão pública para a criação de ações eficazes sobre as políticas de leitura, por entender o seu caráter integrador como ferramenta de gestão para essa construção, já que ela pode conectar diversos segmentos, sem que estes percam suas especificidades próprias, unificando as forças e o expertise de cada um, na busca de soluções e no alcance de objetivos comuns.

O emprego do conceito da *intersectorialidade* na concepção e elaboração das políticas públicas como lógica de gestão, é feito pela capacidade desta de perpassar diferentes setores das políticas sociais e ao mesmo tempo promover uma articulação entre eles. Pereira (2010) argumenta que a intersectorialidade articula saberes e experiências no centro do processo de gerenciamento dos poderes públicos em resposta aos assuntos de interesse dos cidadãos. Ela pode então ser considerada um modelo de gestão que tem por objetivo desfazer com a fragmentação das políticas sociais, buscando a mudança de conceitos, de ações e de formas de

planejar e executar a prestação de serviços sociais e a relação entre os diversos atores envolvidos para a realização dessas políticas, como o Estado e a sociedade.

Problemas relativos à falta de comunicação e interação são constantes no recorte setorial, assim como o excesso de burocratização e paralelismo de ações, o que resulta inevitavelmente em ações de caráter isolado sem o reconhecimento da conexão existente entre as mais diversas questões sociais, sejam elas aparentemente opostas ou complementares entre si.

Fazer uso da intersetorialidade na gestão governamental vem se mostrando imprescindível, tendo em vista a sua capacidade de explicar e organizar a forma de trabalho das estruturas e processos que se relacionam nas diversas instâncias e níveis, dentro das organizações hierárquicas que constituem a configuração do Estado. Ela apresenta um caminho fértil para a articulação e integração das políticas tanto em sua fase de formulação, quanto no período destinado a implementação, ela segue acompanhando a tendência mundial de construção de redes de participação e de uma administração pública descentralizada e horizontal em contraponto a um estado tecnocrata, é visível a mudança nos últimos anos da relação do Estado com o setor privado e com o Terceiro Setor e nas mudanças substanciais verificadas na prática.

A intersetorialidade incorpora a ideia de integração, de território, de equidade, enfim dos direitos sociais; é uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida (JUNQUEIRA, 2004, p. 27).

Porém, podemos afirmar que o papel da intersetorialidade vai muito além das relações entre os entes que constituem o setor governamental, podendo dialogar com o setor privado, o Terceiro Setor e a academia e também na organização da sociedade civil, buscando formas eficientes de articulação entre esses atores.

É importante esclarecer sobre o entendimento do termo Terceiro Setor, Defourny et al. (1999) argumenta que a expressão *terceiro setor*, mesmo que imperfeita, é a que alcança maior consenso ao nível internacional e cita a associação International *Society for Third Sector Research* de 1992. Mas destaca termos diferentes usados em outras regiões geográficas, como nos EUA, onde usa-

se *non-profit sector* ou *independent sector*, e a utilização inglesa com *voluntary organizations*.

Para Salomon e Anheier (1992), a definição de non for profit organizatios, apresentam cinco características, elas são formais, privadas, independentes, não proporcionam lucros e demonstram algum tipo de participação voluntária, além disso, elas não devem ser políticas (partidárias) e dissociadas das organizações religiosas, dessa forma se obtém a nomenclatura comum de classificação do terceiro setor conhecida pela sigla International Classification of Non-Profit Organizations (ICNPO).

O conceito de governança social, como já foi falado nesse capítulo e intersectorialidade estão intimamente ligados, já que a governança social se estabelece dentro dessa metodologia, sendo por meio da interação entre os setores – público, privado e sociedade civil – o que estabeleceria metas e ações coordenadas para efetuar a busca de soluções para problemas sociais.

Governança sugere a distribuição de poder e do controle de ações e decisões e pode se manifestar nos mais diversos níveis, podendo ter desdobramentos na iniciativa privada, nas organizações do Estado e também na organização da sociedade civil.

De acordo com Martins, *o que fundamenta a governança social como um formato atraente em termos de gestão de projetos públicos é o fato dela poder unir capacidades oriundas de diferentes contextos e experiências através da produção e do consumo de bens públicos e privados* (MARTINS, 1998 pág. 1-11).

O que podemos avaliar no decorrer dos estudos desenvolvidos dentro do tema da intersectorialidade, é que a mesma apresenta um potencial que deve ser aproveitado dentro da gestão pública pelos benefícios que ela é capaz de proporcionar a sociedade, deixando claro que não se pretende com isso, ignorar as suas limitações, porém é importante partir de uma análise quanto aos pontos positivos e negativos dessas parcerias, o poder de agregação que elas possuem e os pontos fracos que precisam ser combatidos.

A possibilidade da mudança de um sistema fechado para um sistema em que o Estado possa atuar em conjunto e de forma integrante com os outros setores se denota bastante promissora e ao mesmo tempo desafiadora também, pois infringe na construção de uma relação que necessita de um equilíbrio de forças constantes entre esses setores.

Com esse equilíbrio é previsto que as fronteiras existentes entre os setores envolvidos se tornem cada vez mais tênues, embora seja necessário manter ainda a autonomia das partes, preservando e reconhecendo suas distintas capacidades, funções, objetivos e interesses contidos. Essa interação é vital para que as mesmas ao invés de entrarem em colapso e evidenciarem os conflitos de interesse entre si, possam se somar e se complementar.

No caso da elaboração e implementação das políticas públicas no geral, mas em especial a de Leitura, objeto dessa dissertação, verificamos que a forma como o administração pública veio, ao longo dos anos se reformulando e adotando novas estratégias, serviu para que um novo enfoque pudesse ser dado a esse tema.

As mudanças sofridas no âmbito da gestão pública e o uso da intersectorialidade representam um grande avanço, pois possibilita parcerias entre a esfera pública e diversas outras entidades, como o exemplo que temos na realização do Seminário "Bibliotecas Comunitárias: entre saberes e fazeres", que tinha por objetivo juntar na mesma mesa, movimentos sociais de incentivo a leitura, empresários, academia e poderes públicos, e foi organizado pela Rede de Bibliotecas Comunitárias Conexão Leitura, em parceria com o Grupo de Pesquisa "Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática", dentro do Projeto de Extensão "Bibliotecas públicas e comunitárias: teoria e prática". O encontro aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, nos espaços do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e contou com as Secretarias Municipais de Educação e Cultura, além da comissão de educação e cultura da câmara municipal de vereadores da cidade do Rio de Janeiro. São diversas iniciativas que demonstram como é possível e factível os engajamentos com outros movimentos sociais que realizem ações complementares e congruentes.

Partindo-se dessa premissa, concluímos que ações de promoção do livro e leitura possuem um caráter mais efetivo, quando se pode trabalhar no âmbito das parcerias institucionais, como já mencionamos anteriormente, sendo necessário tornar os cidadãos que são a razão de existência do projeto, parte integrante e atuante no mesmo, o que pode fomentar o empoderamento local e contribuir efetivamente para o sucesso dessas ações, estimulando a apropriação e incorporação pelo objeto ao qual ele se destina.

Adicionalmente podemos dizer que a visão setorizada de políticas públicas é um caminho mais difícil de obter sucesso, as ações resultantes são em sua maioria distantes das diretrizes e objetivos planejados, para pensar em políticas públicas eficazes é preciso considerar a interação e integração dos diversos órgãos, instituições e atores que fazem parte desse processo, além de estimular a participação social.

A inclusão social passa então pela satisfação de um conjunto de direitos inter-relacionados e dessa forma a intersectorialidade vem se apresentando como uma resposta adequada para que essas questões possam ser tratadas em consonância dentro da sua totalidade, garantindo que todos os aspectos existentes sejam considerados, fazendo com que as políticas criadas para esse fim sejam fruto de uma interação entre os principais atores envolvidos, refletindo seus interesses e utilizando de seus respectivos saberes, competências e métodos.

2.3 Seminário Bibliotecas Comunitárias: entre saberes e fazeres.

Foram escolhidos dois objetos para o foco da pesquisa para essa dissertação, estruturado em duas etapas, da seguinte forma:

1ª. Etapa: realizada com os dirigentes das bibliotecas comunitárias, acadêmicos, dirigentes das secretarias municipais de cultura e educação da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e com o presidente da comissão de cultura e educação da câmara municipal. Essa etapa ocorreu durante a realização do Seminário "Bibliotecas Comunitárias: entre saberes e fazeres" na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, durante os dias 30 e 31 de março de 2017, onde participaram estudantes, professores, bibliotecários, artistas, militantes de movimentos sociais, representantes das secretarias municipais de educação e cultura, câmara dos vereadores, beneficiários de programas das bibliotecas comunitárias e seus dirigentes.

2ª. Etapa: realizada com agentes culturais, de determinados projetos culturais e a atuação desses dentro da cena cultural de periferia.

O Seminário tratou das questões relativas a construção de políticas públicas do livro e leitura, em especial a criação do Plano Municipal de Livro, Leitura e Biblioteca.

Para a pesquisa, foi escolhida a aplicação individual e por meio de entrevista com os atores, utilizando de perguntas semi estruturadas feitas especialmente para essa finalidade, na primeira etapa foram realizadas 15 conversas com os atores previamente apontados.

O modelo semi estruturado permite uma abordagem metodológica mais flexível para obtenção de dados qualitativos sobre determinado tema, o questionário, embora existente pode sofrer adaptações durante o processo da realização das entrevistas, existindo a possibilidade de se fazer alterações do que havia sido previamente definido, como a necessidade de adequar a linguagem por exemplo, além disso, ao contrário dos questionários, entrevistas podem fornecer mais informações do que a aplicação de questionários, o que justifica a escolha do uso dessa metodologia para a presente pesquisa.

A realização da entrevista, nessa primeira etapa se propõe a colher informações que possam servir para fornecer um embasamento empírico sobre a importância da relação entre os movimentos sociais e o governo na construção de ações de incentivo a leitura. E a partir dessas informações demonstrar a necessidade dessa inter-relação no que tange a transformação de ações isoladas para a implementação de políticas públicas que possam agir de forma mais sistemática e por consequência possuir um caráter mais efetivo em suas realizações.

Como acredita Luzia Setta, dirigente da biblioteca comunitária Wagner Vinício, situada na favela do Rio das Pedras, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, integrante da rede de bibliotecas comunitárias, Conexão Leitura²⁷, ... *para mim não há outra forma de garantia de um direito se não for por meio das políticas públicas.*

Luzia ainda vai além e argumenta que não basta haver um programa inserido numa gestão de governo, mas que ele precisa estar garantido através de uma lei, evitando assim uma descontinuidade das políticas públicas, prática tão recorrente na administração pública com as mudanças de gestão relacionadas as

²⁷ A Rede Conexão Leitura foi formada em 2009, baseado no conceito de que só em rede se garante visibilidade e sustentabilidade a uma ideia. Congrega 8 bibliotecas comunitárias de periferias do Rio de Janeiro, que desenvolvem ações voltadas à formação de leitores e a promoção da leitura literária. Tem como missão garantir o direito da população do Rio de Janeiro à cultura literária e o acesso ao livro. Disponível em: <http://www.conexaoleitura.org.br/p/quem-somos2.html> - acesso: Janeiro/2018.

transições eleitorais, principalmente nas esferas municipais e estaduais, o que faz com que muitas políticas sejam abandonadas, independente de sua eficácia:

Isso não pode ficar restrito a uma gestão de governo. Isso tem que ser uma política de Estado. Política de Estado é uma coisa muito maior do que a política de um determinado governo. À medida em que eles se renovam para pior ou para melhor, essas políticas tendem a desaparecer. De outra forma, se ela é garantida em forma de lei, ela é plenamente acessada por toda a população.

Para Reimont Luiz Otoni, vereador pelo Partido dos Trabalhadores, integrante da comissão de educação e cultura da câmara municipal da cidade do Rio de Janeiro, o Poder Legislativo deve estar presente para construir ações que caminhem para a execução dessas políticas:

(...) primeiro, tendo a compreensão de que toda política pública tem que estar colocada no orçamento. Orçamento não como dinheiro, mas orçamento como vontade política de se construir aquilo que se quer.

Reimont salienta ainda sobre a responsabilidade do Parlamento nesse cenário:

então eu acho que esse é um passo que o Parlamento pode dar, que é um caminho de discussão com o Executivo. Então é uma questão orçamentária. Segundo ponto, o Parlamento pode produzir legislação. Então o Parlamento tem esses dois vieses importantes, de discutir com o Executivo a partir do orçamento e de discutir com o Executivo a partir da produção legislativa.

Para aqueles que trabalham com a realidade cotidiana de uma biblioteca pública e enfrentam no dia-a-dia a falta de políticas públicas efetivas que satisfaçam suas necessidades, esse discurso se mostra ainda mais contundente, como é o caso de Ricardo Queiroz Pinheiro, palestrante no seminário, bibliotecário de formação e mestre em Ciências da Informação pela Escola de Comunicação e Artes da USP, em São Paulo, e que trabalha na área de biblioteca pública há 25 anos:

Não tem como biblioteca comunitária pensar numa sustentabilidade sem pensar em política pública (...) o conceito de biblioteca comunitária é algo discutível. O conceito de biblioteca comunitária vem das políticas do Banco Mundial, dos anos 90, a biblioteca autosuficiente, a biblioteca local que se auto sustenta sem a presença do Estado, o Terceiro Setor, a apologia ao Terceiro Setor... Na prática, a gente vê que não dá certo. Se não tiver uma incidência com a política pública, num diálogo com o Estado, com o setor público, para a sustentabilidade, com recursos públicos, a biblioteca não se sustenta. Por quê? Primeiro que no país não existe Mecenato, as empresas privadas não doam recursos, ou doam muito pontualmente, recursos para projetos culturais com as características de bibliotecas públicas, populares, para as pessoas pobres. Não. Esse dinheiro sempre vem do Estado. E

quando não vem, esses projetos não se sustentam. O único jeito de você acessar esse recurso, com a garantia de isonomia, e com a garantia do mínimo de democracia para esse acesso, é lutar com políticas públicas. Então, uma biblioteca comunitária, ela é um dos atores principais da política pública, mesmo não querendo. Para existir, ela precisa, sim, da política pública.

Assim como as entrevistas ratificam o debate acerca da importância do papel do governo nas ações de incentivo a leitura, e da sua capacidade de estabelecê-las como políticas públicas para que seu desempenho, alcance e sustentabilidade sejam de fato mais abrangentes e eficientes, o papel dos movimentos sociais foi ressaltado como parte integrante e determinante nesse processo, como afirma o vereador Reimont:

Pois é, quando eu falo de produção legislativa e de produção orçamentária, eu coloco o Parlamento sempre muito junto com o Movimento Social. Porque o que é, por exemplo, a Frente Parlamentar Nossa, que discute a questão do Livro, Leitura e Biblioteca? Ela é a junção do Parlamento com o Movimento Social. Se o Movimento Social não estiver, o trabalho do Parlamento sempre vai ser estéril.

O bibliotecário Ricardo compartilha da sua experiência sobre a importância dos movimentos sociais nesse processo, exemplificando com o caso da construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de São Paulo, onde houve uma pressão das bibliotecas comunitárias através da Rede Litera sobre o poder público para a construção do plano, ele acredita que sem essa articulação não haveria o Plano. E complementa explicando a necessidade da construção de um plano para se alcançar os objetivos *propostos*, demonstrando o quanto é necessário que os movimentos estejam organizados e suas ações articuladas para essa finalidade:

O Plano Municipal, um plano que seja de Cultura ou um plano do Livro e da Leitura, ele é o início do fim do Balcão de Negócios nas secretarias de Cultura e Educação. Que que eu chamo de Balcão de Negócios? É você ter um interesse, um projeto, e você vai lá e vai conseguir o seu projeto através do interesse direto com a instituição, entendeu? Através de um plano, você tem, não a garantia, mas a possibilidade da construção de programas, projetos e ações para a área, entendeu? Nesse Plano vão estar inclusos, teoricamente, idealmente, as diretrizes, as ações, os conceitos e os programas que vão ser implementados por uma secretaria, O Plano garante isso. A partir do Plano, você tem um documento onde (sic) vai pressionar o poder público para que essas diretrizes sejam cumpridas. O Plano, na verdade, é um documento. É o início do processo de conquistas de direitos nessa área.

Os espaços de discussão, como esse Seminário, são de extrema influência na construção de ações de incentivo a leitura, eles possuem grande poder agregador ao introduzir no mesmo debate, representantes dos movimentos sociais, gestores públicos, membros do governo e a academia. A troca entre esses atores é fundamental tanto para que possa haver um maior aprendizado sobre as experiências dos participantes, quanto para que haja uma discussão sobre as necessidades e possíveis ações de enfrentamento aos obstáculos encontrados, como ilustram as palavras de Luzia:

O Seminário conversa, dialoga com outros setores da sociedade. A gente traz vereador pra cá, a gente traz a universidade, a gente traz experiências de bibliotecários de outras regiões do país, para agregar na nossa formação e para levar este valor adquirido nesse Seminário, que é o conhecimento, para dentro da nossa comunidade. Então, nesse sentido, a gente amplia, e só fortalece e legitima o trabalho que a gente faz lá.

O vereador Reimont demonstra que esses espaços tem também a capacidade de chamar a atenção do poder público para a ação:

Eu acho que esse Seminário é uma construção coletiva e, portanto, ele aponta para diversas possibilidades, e ele também aciona o poder público a compreender que essa política tem que ser uma política de Estado; que essa política não é para a gente ver, por exemplo, biblioteca comunitária substituindo biblioteca pública, para que o Estado se abstenha da sua responsabilidade.

Para Marilene Nunes, coordenadora da biblioteca comunitária Elias José, situada na favela da Maré, também integrante da rede conexão leitura, o principal objetivo do Seminário é:

juntar (...) É unir, é conversar, é dialogar. São as bibliotecas comunitárias dialogando com a Universidade. Então, o objetivo é esse: diálogo. Então eu acho que essa troca, esses encontros, essa troca de saberes e tal (sic), é importante para isso também, para que pessoas da periferia, da comunidade também, ingressem na Universidade (...) O objetivo dessa Mesa é ter todo mundo junto – é o Parlamento, entendeu?, a casa civil (sic), a sociedade civil, é o pessoal da biblioteca comunitária... O objetivo é estar todo mundo junto construindo um Plano.

Para Janderson Dias da Cunha que faz parte da Biblioteca Cerro Corá e é um dos organizadores do Seminário, o encontro é essencial para a discussão das políticas públicas e integrar a sociedade nessa discussão, fazendo com que ela tome parte nas decisões das construções dos planos de leitura.

O envolvimento da academia e a construção de pontes e redes com outros atores da área da leitura também foram destacados como importantes resultados de um seminário como esse.

As questões apresentadas no Seminário vêm com certeza corroborar para o estudo aqui proposto no que concerne a atuação dos movimentos sociais na promoção de iniciativas literárias, da mesma forma foi distinguida a necessidade de uma correlação intersetorial entre os movimentos e o Estado tanto para o planejamento, quanto para a efetivação de políticas públicas no âmbito da leitura.

Essa troca é substancialmente benéfica para todos, porque busca por meio dessa congregação de forças e expertises, a realização de objetivos que já estão até mesmo sendo tratados, isoladamente, tanto na esfera governamental, quanto por movimentos sociais diferentes, porém com a possibilidade da troca de saberes, da possibilidade de um trabalho conjunto, e conseqüentemente da projeção de resultados positivos, que dentro desse contexto, se apresenta muito mais palpável e promissora.

O diálogo permanente que pode se estabelecer entre o Estado, os movimentos e a academia denota outro aspecto vital dessa interação, o estreitamento dessas relações favorece os demais processos intersetoriais que poderão surgir, facilitando as parcerias futuras que se fizerem necessárias, e a importância dessas parcerias intersetoriais para o sucesso das políticas públicas de leitura.

Dessa forma pode-se perceber dentro das ações, que forem sendo apresentadas pelos movimentos sociais as que possuem potencial de sinergia com as políticas públicas já desenvolvidas e que poderiam ser trabalhadas e conectadas com as ações de outros movimentos. Com essa interação, é possível também realizar a transferência de conceitos, onde podemos verificar ações de sucesso empregadas por outros movimentos ou até mesmo pelo governo, e a partir daí colher subsídios para a criação de novas ações, ou como já foi falado anteriormente, realizar o estabelecimento de novas parcerias.

Todavia, aspectos mais amplos da atuação dos movimentos sociais também puderam ser observados durante a realização do Seminário. Podemos verificar de forma empírica que quando um movimento social trabalha a questão da leitura, esse é somente o principal norteador do espectro de constitutivas que ele abrange.

Ao se tratar da questão da leitura em áreas periféricas, não há como dissociar a forma de atuação das ações a serem empreendidas para esse fim de aspectos intrínsecos daquela realidade em particular. Sendo assim, observamos a necessidade de se tratar de temas como racismo, questões de gênero, violência contra a mulher, homofobia, drogas, entre outros, pois representam aspectos vivenciados no dia-a-dia dessas comunidades.

Dessa forma, ressaltamos que os movimentos sociais que trabalham as questões literárias, na verdade apresentam um perfil mais abrangente e holístico, tanto do ponto de vista da sua formação, porém mais ainda em relação a sua forma de atuação. Diante dos diversos problemas sociais existentes nas comunidades onde estes operam, possuir um caráter multifacetado e adaptável a essas diversas realidades acaba sendo um requisito *sine qua non* para atingir os seus objetivos no âmbito literário e até mesmo para garantir a sua própria sobrevivência.

Isso reflete com clareza que a construção da sua identidade enquanto movimento social está intrinsecamente ligado a análise realizada na primeira parte desse estudo, quando compreendemos que o contexto pós moderno infere diretamente na forma de como os movimentos sociais se constituem e atuam na sociedade.

Um dos pontos que queremos destacar nesse trabalho foi observado no Seminário através da fala do bibliotecário Ricardo, quando ele demonstra a necessidade de tratar de questões que vão além do universo literário, Ricardo acredita que as políticas literárias podem ir além do que estas se propõe originalmente e abordar temas que estão intimamente relacionados as comunidades nas quais elas se destinam.

(...) como o debate sobre gênero, o movimento negro, a questão LGBT, a alfabetização tardia, entre outros. Alguns desses temas já encontraram o seu espaço dentro da literatura, como é o caso da literatura negro brasileira, da literatura marginal, da literatura LGBT, por exemplo.

Dessa forma as políticas literárias seriam também um meio para tratar de temas que, mesmo não estando diretamente ligados a ela, encontram nessas políticas uma forma de se manifestarem.

Mas o que Ricardo percebeu na prática de sua atuação, enquanto gestor e que tentamos demonstrar ao longo desse trabalho é a permeabilidade existente atualmente nos movimentos sociais e a necessidade de sua flexibilização, como já

foi dito. Denotando que um movimento pode ir muito além do que a sua definição e proposta original apresentam.

3 O DESPONTAR CULTURAL NÃO INSTITUCIONALIZADO – O CRESCIMENTO DA CENA LITERÁRIA DE PERIFERIA

Espaços carentes de ações governamentais, principalmente nas regiões de periferia, sobretudo na região metropolitana do Rio de Janeiro, e na periferia de São Paulo vão sendo ocupados por ações culturais, demonstrando uma crescente cena cultural produzida, sobretudo pelas identidades formadas dentro do universo desses locais.

A música aparece com um papel de destaque, percebe-se nesses locais uma forte influência do RAP e da cultura Hip Hop na promoção da cultura nos territórios, o que faz com que esses locais se apresentem como um importante celeiro de artistas novos, movimentos como as Rodas de Rimas e as Rodas Culturais também são responsáveis por dar voz e elevar a autoestima das periferias.

Além da música, somam-se a estes movimentos os saraus, mediações de leitura, bibliotecas comunitárias, piqueniques literários e festas literárias, todas essas ações se manifestam sem grandes investimentos ou apoios governamentais. São organizados por moradores das próprias comunidades, como é o caso do Sarau Poesia de Esquina, na Comunidade da Cidade de Deus, Zona Oeste do Rio de Janeiro, o Atelier das Palavras, uma Biblioteca Comunitária da Associação Meninas e Mulheres, criada no Morro da Mangueira e o Projeto Ler é 10 – Leia Favela do escritor Otávio Júnior, realizado nos Complexos da Penha e do Alemão – Zona Norte do Rio de Janeiro e que serão estudados mais adiante.

Os eventos literários estão resignificando espaços considerados marginalizados nas periferias urbanas, como é o caso também da Biblioteca Comunitária Solano Trindade, organizada em um dos bairros mais pobres e violentos da cidade de Duque de Caxias, e o Sarau Poesia de Esquina, organizado em um bar na Cidade de Deus, que no senso comum também se caracteriza por ser um espaço estigmatizado.

Com a resignificação desses locais, muitos deles já possuem uma rica dinâmica cultural. O Sarau Poesia de Esquina, por exemplo, pode ser considerado uma atração turística da comunidade, aproximando público de diversas partes da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Algumas ações da nova cena literária marginal já estão consolidadas, como a Festa Literária da Zona Oeste (FLIZO), a Festa Literária das Periferias (FLUP), o

Projeto Ler é 10 na Favela no Complexo do Alemão e Penha e o Projeto Livro de Rua, da qual o proponente deste projeto participa como militante da causa literária, coordenando atividades que objetivam a democratização da leitura.

A FLUP, por exemplo, teve no fim de 2017 sua sexta edição na comunidade do Vidigal no qual recebeu 40 escritores nacionais e estrangeiros, contou com 10 mesas e painés, 12 poetas estrangeiros e 12 poetas nacionais, além de oficinas, performances, saraus e lançamento de livro. Houve também dois processos formativos a FLUP Pensa e a FLUP Parque. A FLUP Pensa, que já publicou 14 títulos, A FLUP Pensa também organizou o Laboratório de Narrativas Negras para Audiovisual, que contou com um debate com o cineasta francês Laurent Cantet.²⁸ E já esta se preparando para a sua sétima edição em 2018, com vários eventos que já ocorreram, como as formações para escritores de periferia.²⁹

Em São Paulo temos uma cena literária um pouco diferente da que se desenvolve no Rio de Janeiro, verificamos uma grande ocorrência da *Literatura Marginal*, que consiste em um fenômeno de vanguarda, ela perpassa o limite geográfico das comunidades, sendo outro fator de disseminação desta cena literária. A *Literatura Marginal* pode ser caracterizada como um estilo que se utiliza das vivências do cotidiano das relações na periferia, na elaboração de sua produção textual, tornando-se voz ativa de coletivos de moradores e pessoas que se identificam com realidades distantes das tradicionais cenas literárias, eruditas e quase sempre elitizadas.

Associado à literatura, o termo marginal adquiriu usos e significados, variando de acordo com a atribuição dos escritores, ou mais freqüentemente, com a definição conferida por estudiosos ou pela imprensa num dado contexto. Para Gonzaga (1981), tais usos e significados estão relacionados à posição dos autores no mercado editorial, ao tipo de linguagem apresentada nos textos e à escolha dos protagonistas, cenários e situações presentes nas obras literárias. O primeiro significado se refere à produção dos autores que estariam à margem do corredor comercial oficial de divulgação de obras literárias – considerando-se que os livros se igualam a qualquer bem produzido e consumido nos moldes capitalistas – e circulariam em meios que se opõem ou se apresentam como alternativa ao sistema editorial vigente. O segundo significado está associado aos textos com um tipo de escrita que recusaria a linguagem institucionalizada ou os valores literários de uma época, como nos casos das obras de vanguarda. Enquanto o terceiro significado encontra-se ligado ao projeto intelectual do escritor de reler o contexto de grupos oprimidos, buscando retratá-los nos textos. Sob outro ponto de vista, “literatura marginal” designaria os livros

²⁸ <http://www.terrancerdica.com.br/index.php/flup-festa-literaria-das-periferias-chega-a-sexta-edicao/>

²⁹ <http://woomagazine.com.br/flup-2018-festa-literaria-das-periferias/>

que não pertencem aos clássicos da literatura nacional ou universal e não estão nas listas de leituras obrigatórias de vestibulares. Ou ainda, como nos estudos mais recentes, o emprego da expressão denotaria as obras produzidas por autores pertencentes a minorias sociológicas, como mulheres, homossexuais e negros (Nascimento, 2006, p. 41).

Esse tipo de literatura se caracteriza por utilizar vivências do dia a dia das periferias na elaboração de seus textos, fazendo com que mais pessoas se reconheçam e se identifiquem com a literatura. Esse movimento tem seu maior expoente no Poeta Sergio Vaz, escritor e fundador do sarau da *Cooperativa Cultural da Periferia* (COOPERIFA), ao qual se denominam em sua página oficial @Cooperifaoficial da rede social Facebook como “A noite mais *loka* de São Paulo, com duas horas de poesia no bar do Zé Batidão.”³⁰

O Movimento de *Literatura Marginal* ganhou destaque nacional à partir de uma coletânea de textos lançados pela revista Caros Amigos no ano de 2004, desde então passou a influenciar o surgimento de novos escritores e ativistas em outras partes do Brasil, conforme destaca Érica Peçanha do Nascimento em sua dissertação de mestrado “*Literatura Marginal: Os escritores de periferia entram em cena*, pela Universidade de São Paulo (USP):

As edições especiais de literatura marginal da revista Caros Amigos merecem destaque em diferentes aspectos. O primeiro é que a reunião dos autores em edições especiais de literatura é uma ação coletiva sustentada por um projeto intelectual comum, cujo desdobramento é também estético, político e pedagógico. Em segundo lugar, porque é a partir da primeira edição da revista, que se amplia o debate (e os discursos) em torno da expressão literatura marginal na produção cultural contemporânea. O terceiro é que essas revistas são os veículos de entrada de boa parte dos escritores no campo literário. O quarto é que a revista é uma conexão importante para fazer circular nacionalmente a produção desses escritores. E, por fim, porque o conjunto das edições especiais pode ser visto como uma das instâncias de apropriação e legitimação dessa produção marginal. É um marco para a compreensão da entrada em cena dos escritores da periferia sob a rubrica literatura marginal (NASCIMENTO, 2006).

3.1 Pesquisa - A concepção dos projetos literários de periferia – da cultura ao empreendedorismo social.

Como objeto de estudo da segunda etapa da nossa pesquisa iremos destacar a nova cena literária de periferia urbana e para tanto, escolhemos três

³⁰ Disponível em <https://m.facebook.com/Cooperifaoficial> Acessado em Junho de 2017.

projetos “Atelier das Palavras”, “Poesia de Esquina” e “Ler é Dez”, essa seleção foi motivada por alguns fatores em comum. Os três acontecem em periferias urbanas no Rio de Janeiro, são construídos por moradores destes locais, possuem estratégias de consolidação que dialogam com o terceiro setor e com as práticas inovadoras do empreendedorismo social, e pela sua concepção de atuação literária, podendo referenciar literatura em Antonio Candido, ao qual:

é a produção escrita de toque poético, épico ou dramático na qual se origina um sistema simbólico de obras ligadas por denominadores comuns, tais como: características internas (língua, temas, imagens), um conjunto de escritores mais ou menos conscientes de seu papel, um conjunto de receptores e um mecanismo transmissor (CANDIDO, 1969).

Já a concepção de atuação no campo da democratização da leitura tem a atuação unificada no entendimento das palavras de Bartolomeu Campos de Queiroz, durante o manifesto de criação do manifesto do Movimento Por Um Brasil Literário³¹.

A leitura literária é um direito de todos e que ainda não está escrito. O sujeito anseia por conhecimentos e possui a necessidade de estender suas intuições criadoras aos espaços em que convive. Compreendendo a literatura como capaz de abrir um diálogo subjetivo entre o leitor e a obra, entre o vivido e o sonhado, entre o conhecido e o ainda por conhecer; considerando que este diálogo das diferenças, inerente à literatura, nos confirma como redes de relações; reconhecendo que a maleabilidade do pensamento concorre para a construção de novos desafios para a sociedade; afirmando que a literatura, pela sua configuração, acolhe a todos e concorre para o exercício de um pensamento crítico, ágil e inventivo; compreendendo que a metáfora literária abriga as experiências do leitor e não ignora suas singularidades...Se é um projeto literário é também uma ação política por sonhar um País mais digno (QUEIROZ, 2009).

Fizemos um paralelo no presente capítulo entre o conceito de empreendedorismo social e a etapa da pesquisa feita com agentes culturais, diferentemente da primeira fase de pesquisa realizada, contida no final do capítulo 2, essa segunda etapa aborda os aspectos do indivíduo enquanto empreendedor cultural, dissociado de instituições diversas como bibliotecas públicas e universidades. Nessa parte buscamos apontar projetos culturais sob a ótica do empreendedorismo e da relação com os projetos e atores pesquisados.

³¹ O Movimento por um Brasil Literário é um espaço plural e diversificado que articula de forma descentralizada, em rede, pessoas, organizações sociais e movimentos engajados em ações concretas, pela construção de um Brasil mais justo, mais democrático, em defesa pelo direito de todos à literatura. Tem por causa contribuir para a universalização e defesa do direito de acesso à leitura literária, valorizando a cultura escrita e a educação literária no país, além de buscar promover o debate sobre a importância da leitura literária e da participação da sociedade civil na efetivação das políticas públicas de leitura e escrita. Disponível em <http://www.brasilliterario.org.br/> - Acessado em 22/12/2017)

O conceito de *Empreendedorismo Social* tem em uma das suas maiores referências, a experiência de Muhammad Yunus³² difusor do conceito de empreendedorismo social e criador do Banco do Povo, que desenvolve políticas de microcrédito. É um tema difundido entre pessoas, lideranças e organizações que propõem grandes mudanças estruturais para enfrentamento de problemas sociais.

O Empreendedorismo Social pode ser definido como um empreendimento que visa primordialmente a realização de objetivos sociais, no qual os lucros obtidos são investimentos em prol da comunidade, missão ou projeto social que ele possui.

Conforme definição da Ashoka³³, organização mundial sem fins lucrativos e responsável pela criação do termo Empreendedorismo Social:

Os empreendedores ou empreendimentos sociais são indivíduos ou grupos com soluções inovadoras para os problemas sociais mais prementes da sociedade. São ambiciosos e persistentes, enfrentando as grandes questões sociais e propondo novas ideias de mudança em larga escala... os empreendedores sociais identificam o que não está funcionando e resolvem o problema mudando o sistema, disseminando as soluções e persuadindo sociedades inteiras a seguir um novo rumo³⁴.

Os casos de empreendimentos sociais nos remetem a ideia da organização do Terceiro Setor, por facilitar, no que se refere à questões burocráticas, os avanços das causas que estes se propõem. Nesse sentido é importante considerar e esclarecer o conflito de existência entre o primeiro setor, público e o segundo setor, privado. Desta tensão de interesses e organização social nasce o que podemos chamar de terceiro setor.

A tradicional dicotomia entre o Estado, também conhecido como primeiro setor, e o mercado, correspondente ao segundo setor, foi entre nós sedimentada nesta última década com o início da compreensão do estudo e da normatização do novel terceiro setor, que vencendo a imobilidade do

³²Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, é o pai do microcrédito e dos negócios sociais. É o fundador do Grameen Bank e de outras 50 empresas em Bangladesh, a maior parte delas como negócios sociais. O Professor Yunus nasceu em Bangladesh em 1940, em 1965 recebeu uma bolsa para estudar economia na Universidade de Vanderbilt nos EUA, recebendo, em 1969 recebeu o título de Ph.D. Em 1972 ele retornou a Bangladesh como presidente do Departamento de Economia da Universidade de Chittagong. É uma das principais competências na área da inovação social, trabalho e apoio aos Empreendedores Sociais, seus primeiros focos de atuação foram na Índia e Brasil e hoje está presente em mais de 85 países.

³³A organização é uma das principais competências na área da inovação social, trabalho e apoio aos Empreendedores Sociais, seus primeiros focos de atuação foram na Índia e Brasil e hoje está presente em mais de 85 países.

³⁴Disponível em <http://portugal.ashoka.org/o-que-%C3%A9-um-empreendedor-social> acessado em 29/12/2016)

setor público e a ganância do setor privado, inseriu no contexto social as organizações de origem privada autônomas e sem fins lucrativos como instrumentos essenciais, objetivando promover o aperfeiçoamento da sociedade por meio de ações assistenciais, sociais, culturais, entre outras (NUNES, ANDREA 2006 p.9)

O Empreendedorismo Social nasce da necessidade de promover o desenvolvimento social de forma sustentável e independente, equilibrando dois conceitos que a princípio parecem antagônicos, já que ele se vale de mecanismos do mercado, para que através de suas atividades, possam ser buscadas soluções sustentáveis aos problemas sociais que ele se propõe a cuidar, dessa forma, as empresas sociais se diferem das ONGs ou instituições de caridade pois não dependem de doações e patrocínio.

O objetivo do lucro se mantém, porém a inclusão social, qualidade de vida, geração de renda, comércio justo, valores sociais e sustentáveis são as diretrizes que permeiam a sua lógica de atuação de maximizar o capital social.

No Brasil o conceito de empreendedorismo social vem se tornando cada vez mais forte, assim como ações de responsabilidade social corporativa que, embora não se caracterizem como negócios sociais, são ações de comprometimento das empresas com valores humanos e ambientais e que envolvem transparência, ética e valores em suas atividades, independente do foco de seus negócios. Adotar estratégias de responsabilidade social corporativa significa uma forma de gestão mais comprometida com as pessoas e com a sociedade como um todo.

A influência dessa ideologia na forma de gerir negócios é fruto das transformações sociais dos últimos tempos representando uma preocupação crescente da sociedade advinda do empoderamento de setores antes marginalizados e que hoje buscam seu protagonismo social. A partir do momento que as pessoas se tornam mais informadas e conscientes dos seus direitos, certas formas de negócios, mesmo que legais do ponto de vista jurídico, começam a sofrer impactos profundos em sua aceitação, o que os leva a buscar alternativas para melhorar sua imagem e atrair um público cada vez mais informado e conectado.

A seguir falaremos um pouco dos projetos, suas histórias, principais motivadores e dessa relação com o empreendedorismo. Todas as falas transcritas dos líderes dos movimentos são oriundas de entrevistas realizadas a partir do primeiro semestre de 2017.

Atelier das Palavras Meninas e Mulheres do Morro – Mangueira

A Mangueira, favela famosa no mundo todo pela sua grande tradição no carnaval e cultura carioca, símbolo de grande tradição, principalmente pela Estação Primeira de Mangueira, sua escola de samba com as cores verde e rosa, cantada em versos e prosas por grandes nomes como Cartola, dona Zica, Carlos Cachça, Jamelão, dentre outros.

Nesse cenário nasceu o movimento e posteriormente organização não governamental Meninas e Mulheres do Morro da Mangueira, criado no ano de 1995 por moradoras do Parque Candelária, localizado na favela da Mangueira, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, segundo seu sítio na internet, sua principal motivação foi:

A compreensão plena da realidade local e o conseqüente interesse na busca de alternativas capazes de transformar o contexto social da comunidade foram os fatores sensibilizadores para o nosso surgimento, ou seja, da mobilização para a formalização da nossa instituição. Desde então, o "MM do Morro", como é conhecida, nos impulsionou como "agente transformador" a importantes conquistas no encontro ao fortalecimento da educação, da cultura e cidadania das crianças, adolescentes e jovens em nossa Comunidade.³⁵

Suas ações são voltadas para o desenvolvimento comunitário, através da educação, cultura, cidadania e leitura, transmitindo valores para criar sentimentos de pertencimento com o espaço, sua cultura e seu local de moradia. A ONG apresenta estratégias que podem atuar com diferentes projetos e pessoas, porém não esquecendo seu público alvo, que são crianças de cinco a quatorze anos de idade. Como afirma Luana Cristina, mediadora de leitura da biblioteca:

A nossa biblioteca forma leitores por meio de diversas ações, como a leitura compartilhada. Nessa atividade, após a leitura do livro em grupo, as crianças comentam e compartilham os sentimentos e as ideias despertados pela história. Além disso, lendo em grupo, os participantes se ajudam caso haja alguma dificuldade no ato de ler. Essa atividade promove o encontro, a partilha de ideias e a colaboração entre as crianças e permite que cada um amplie o imaginário sobre a história.

A associação Meninas e Mulheres do Morro possui uma parceria com o Instituto C&A, que, além do patrocínio através do programa Prazer em Ler, apoia um brechó que a instituição fundou para angariar recursos para regular as suas

³⁵

Disponível em: www.meninasemulheresdomorro.org.br/ acessado em 29/12/2016

atividades.

Além destes apoios, o Instituto C&A tem uma referência nacional na incidência de políticas públicas na área do livro e leitura, promovendo encontros nacionais de seus pólos de leitura, possibilitando a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias.

Essa estratégia possibilitou a liderança da Biblioteca Comunitária Atelier das Palavras na vanguarda da construção do Plano Municipal do Livro e Leitura -PMLL do Rio de Janeiro³⁶, inclusive sua coordenadora geral Kely Louzada, que foi eleita representante da cadeia de mediação de leitura, integrando o grupo organizativo composto pelas secretarias municipais de Educação e Cultura, além de mais cinco representantes da sociedade civil, divididos entre os segmentos, mediadores de leitura, cadeia produtiva e cadeia criativa do livro e leitura.

Acredito que somente através da união de empresários, mediadores de leitura, escritores, livreiros, editoras e principalmente o poder público, faremos do Rio de Janeiro uma cidade verdadeiramente leitora. Essa tarefa é de todos, de toda a sociedade.

Essa foi a fala de Kelly em seu discurso no auditório da prefeitura do Rio de Janeiro, em 30/03/2016 após a homologação de sua vitória no processo de escolha dos membros que compõem a criação do PMLL.

Poesia de Esquina – Cidade de Deus

O Sarau Poesia de Esquina foi fundado por Viviane Salles, no ano de 2011, socióloga, moradora da Cidade de Deus – Zona Oeste carioca e vencedora do prêmio Carolina de Jesus da FLUPP³⁷. O evento acontece sempre às últimas terças feiras de cada mês no Bar do Tom Zé na Cidade de Deus.

Segundo Viviane, sua inspiração vem de juntar pessoas e promover encontros, no ano de 2011 o escritor Wellington Guarani lançou seu primeiro livro, organizando um sarau em uma igreja da região, na ocasião estiveram presentes

³⁶ “É no município que o sujeito desenvolve plenamente sua cidadania estabelecendo laços de pertencimento e partilhando objetivamente do processo da construção da sociedade. A democratização do acesso ao livro e o fomento à leitura, enquanto condição para a inclusão social e o exercício pleno da cidadania, poderá propiciar a melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano e socioeconômico”. (Guia dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, MinC, MEC e Instituto Pró-Livro)

³⁷ A Festa Literária das Periferias, que foi fundada como Festa Literárias das UPPs, desde sua primeira edição, em 2012, promove intercâmbios entre autores e leitores de diferentes partes do Brasil e do mundo. Disponível em www.flupp.net.br acessado em 29/12/2016

diversos artistas locais, incluindo Viviane que foi convidada para declamar poesias, daí surgiu o interesse de organizar ações que juntassem não só artistas locais, mais moradores e moradoras que tivessem vontade de vivenciar ações culturais próximas ao seu local de moradia, possibilitando alternativas culturais que tradicionalmente estão fora do circuito das periferias cariocas.

O Modelo de organização do sarau Poesia de Esquina, com microfone aberto, onde qualquer pessoa pode pedir a palavra, fazer sua inscrição e se tornar o artista da vez, dialoga diretamente com uma cena que se consolidou com mais força no Estado de São Paulo, que foi o Movimento de *Literatura Marginal*, já citado anteriormente.

Dos três projetos estudados, o Sarau Poesia de Esquina é o que mais dialoga com esse importante movimento de Literatura Marginal, devido a sua principal atividade, e também pela sua linguagem contestadora e mais politizada na cena literária, fruto de sua proximidade com grupos de funk e hip hop.

O Poesia de Esquina é também o que mais se destaca até o momento no planejamento de ações que visam a sustentabilidade do seu projeto, fundaram os projetos esquina editorial, laboratório do pensamento livre e atualmente a sua equipe de coordenação lançou em parceria com a grife “Poeme-se”, sua coleção de camisetas literárias. A data de lançamento foi escolhida para também comemorar os cinco anos de existência do projeto. Porém, devido a confrontos no local, foi necessário adiá-la de dezembro de 2016 para o final de janeiro de 2017, o que demonstra o quanto esses projetos sofrem influências constantes das condições de vulnerabilidade na qual eles estão inseridos.

No dia escolhido, segundo o sítio de notícias Jornal O Dia³⁸, um helicóptero do Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar (GAM) caiu próximo à comunidade Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio, no começo da noite daquele sábado (19). Quatro policiais militares que estavam na aeronave morreram na queda. O helicóptero caiu próximo ao acesso à Linha Amarela, houve intensos confrontos neste dia.

Os moradores como sempre foram os mais prejudicados e vítimas de violência da política de confrontos da polícia e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na madrugada de sábado para domingo, houve operação policial e durante o período da manhã moradores encontraram sete corpos que estavam em um terreno baldio na mata na Cidade de Deus. Em clima de muita revolta,

³⁸ Veículo de mídia impressa e digital do Estado do Rio de Janeiro – (Disponível em <http://odia.ig.com.br/> Acessado 22/12/2016)

moradores falavam em execuções, entidades de direitos humanos criticavam a operação e segundo Viviane Sales em sua página na rede social Facebook:

Lamento a queda do helicóptero, foram quatro vidas, porém isso aqui não é ação policial! É ação de ódio contra os pobres! Tô pensando na minha vó que aos setenta e seis não merecia ter um sábado assim! Tô pensando nas crianças, nos idosos e trabalhadores! Execução não pode ser autorizada como forma de combater crime organizado! O Brasil não tem pena de morte!³⁹

Ler é 10 – Leia Favela – Morro do Alemão

A história de Otávio, então com oito anos de idade, poderia ser parecida com a de qualquer outra criança moradora da Vila Cruzeiro, situada no bairro da Penha, zona norte do Rio de Janeiro e uma das comunidades mais violentas da cidade. Mas ela é alterada a partir de um dia singular em sua vida quando ele voltava para sua casa de um culto que frequentava com sua mãe na igreja local e precisou desviar o caminho pelo campinho de futebol, embora quisesse “bater uma bola”, como de costume fazia, recebeu o aviso de que os meninos mais velhos haviam chegado e ao chutarem a bola para o alto, indicavam que era a hora da criançada somente assistir os mais velhos jogarem.

Para desviar do campo de futebol, e com isso não sofrer nenhuma sanção dos meninos que ali estavam, ele fez um caminho diferente passando por um local que era utilizado como depósito e queima de lixo, onde encontrou uma caixa com brinquedos, Otávio soltou um grito de perplexidade e surpresa, atraindo a atenção das outras crianças que imediatamente começaram a disputar os brinquedos com ele, porém Otávio já havia encontrado o seu, um exemplar de Don Gatton, livro traduzido para língua portuguesa de literatura infanto juvenil.

E assim nasceu o despertar de uma paixão e uma formação leitora muito sólida de Otávio Júnior, escritor, promotor e mediador de leitura, mais conhecido como Livreiro do Alemão.

Otávio tem sua atuação literária focada na infância e juventude, seu principal objetivo é proporcionar o encontro entre crianças, jovens e os livros, geralmente ele os apresenta em um primeiro encontro, depois segue na tentativa de os entrosar progressivamente ao universo da leitura. A Literatura Infanto Juvenil é quem cumpre esse papel de atração e segundo o mestre e doutor em literatura Gilmei Francisco Fleek:

³⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/profile.php?id=100001576784807&fref=ts> – acessado em 12/12/2016.

A literatura infantil e infanto-juvenil é, por essência, a porta de entrada ao mundo da leitura e da literatura, cuja compreensão consideramos a substância mais apurada do processo de leitura. O acesso a elas garante ao futuro leitor uma experiência que conduz ao processo crítico de leitura em níveis profundos, oportunizando-lhe uma integração ao mundo elitizado daqueles que dominam um dos mais complexos processos psicolingüísticos requeridos em nosso cotidiano (Fleek, 2008).

Em 2007, na própria residência do escritor, no Morro do Caracol, comunidade integrante do Complexo da Penha – Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, foi lançado Projeto Ler é 10 – Leia Favela que se utilizava de técnicas de mediação de leitura, que segundo Yolanda Reyes:

Os mediadores de leitura são aquelas pessoas que estendem pontes entre os livros e os leitores, ou seja, que criam as condições para fazer com que seja possível que um livro e um leitor se encontrem. A experiência de encontrar os livros certos nos momentos certos da vida, esses livros que nos fascinam e que nos vão transformando em leitores paulatinamente ... Os mediadores de leitura, conseqüentemente, não estão somente na escola, mas no lar, nas bibliotecas e nos espaços não convencionais como os parques, os hospitais e as ludotecas, entre outros.⁴⁰

Desde o seu lançamento o projeto não parou mais, foram centenas de apresentações itinerantes em associações de moradores, casas de amigos, igrejas, escolas, parques, praças e ruas, a única coisa que interrompia as ações, infelizmente não é exceção nas periferias cariocas, mas infelizmente uma regra, como podemos observar nas palavras do próprio realizador do projeto:

Os conflitos foram se repetindo naquele ano de 2007. Não conseguia mais reunir os garotos. Nenhuma mãe queria ver os filhos fora de casa e o meu projeto Ler é 10 – Leia Favela ficou ameaçado de acabar...Era bala para cima, bala para baixo. Fiquei sem sair de casa por vários dias. Por ironia, foi o período que mais produzi. Escrevia, escrevia, escrevia para esquecer a tensão, escrevia para não morrer sufocado (JUNIOR, 2011 p.39).

Mesmo com o cotidiano de violência, o projeto sobreviveu e continuou avançando, novas estratégias e ações foram sendo trabalhadas, jogos literários, oficinas de produção de livretos, encontros com escritores, biblioteca itinerante e oficina de micro contos e poemas.

Otávio tem um grande sentimento pela sua comunidade, nunca pensou em se mudar, teve uma infância feliz e se sente realizado com seu trabalho, publicou livros, foi premiado, viajou por diversos países. No ano de 2010 foi premiado pelo Jornal o Globo com o prêmio Faz a Diferença.

⁴⁰Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/mediadores-de-leitura> - Acesso em 20/04/2018)

Eu vejo que as crianças participantes do meu projeto, somente conhecem a realidade da comunidade em que moram, pouco saem para outros bairros e muitas sem nem sequer conhecem a praia; cinema e teatro nem pensar, foi a leitura que me libertou desta prisão, espero libertar essas crianças também,” disse ele.⁴¹

Atualmente O Projeto Ler é 10 - Leia Favela perdeu seus patrocinadores e Otávio teve que reduzir drasticamente as suas ações, não foi possível manter o lanche literário e as atividades tiveram que dar lugar a novas estratégias que viabilizassem o prosseguimento das ações literárias. Nesse cenário de dificuldades, surge uma nova etapa no projeto, viabilizar a sua sustentabilidade de forma empreendedora, o que fez com que Otávio começasse a estudar sobre o tema e a pesquisar em diversos livros, palestras e seminários, citando como sua referência o livro o Segredo de Luísa⁴², que o ajudou a formular e concretizar o seu novo sonho.

O empreendimento criado para sustentar o projeto recebeu o nome de “Faz de Conta, guloseimas e diversões”, onde ele busca aliar atividades de mediação de leitura, contação de histórias, como a venda de livros, brindes e doces, porém se utilizando sempre de frases ou referências literárias.

3.2 Sustentabilidade uma palavra de ordem

Como podemos analisar nos projetos estudados, todas essas ações se manifestam sem grandes investimentos ou apoios governamentais e são organizados por moradores das próprias comunidades, porém, a questão central recai sobre a sustentabilidade desses projetos, muitos deles fazem uso dos próprios recursos ou dependem de patrocínios, além de concorrerem por incentivos do governo, principalmente por meio de editais culturais, precisando nesse caso, disputar com uma série de outros projetos por orçamentos que possuem um tempo

⁴¹O Prêmio Faz Diferença, uma iniciativa do GLOBO em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), reconhecendo o trabalho, a dedicação e o talento de brasileiros, que, nas mais diversas áreas de atuação, serviram de inspiração para o país e o mundo. (Disponível em <http://oglobo.globo.com/> acessado em 23/12/2016)

⁴² Livro escrito por Fernando Dolabela, administrador de empresas, especialista na área de empreendedorismo, consultor e professor da Fundação Dom Cabral, ex-professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI-IEL Nacional), do Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de várias universidades. (Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAesr8AD/empreendedorismo-resenha-segredo-luisa> - acessado em 21/12/2016).

de vida limitado e exigem uma série de burocracias que nem todos possuem condições de apresentar, ficando a margem desses patrocínios.

A desburocratização dos editais seria uma forma de atender a grupos já semi estruturados na linha de produção cultural, mas somente isso não é suficiente. Primeiro porque nem todos na periferia estão ou pretendem se estruturar para atuar dessa forma. Segundo porque transfere para o indivíduo toda a responsabilidade nessa estruturação, sem que esse tenha meios de sustentá-la desde a sua concepção até a continuação de suas ações, sem falar nas dificuldades de participar de uma cena cultural marcada pela hegemonia das classes dominantes.

Dessa forma, muitos buscam nas iniciativas próprias, formas de subsistência, mas também de resistência, pois esse tipo de empreendedorismo traz em si muito mais do que uma forma de ganhar a vida, mas visa lidar com questões sociais que estão intimamente ligadas as suas vivências, como percebemos claramente na fala de Kely Louzada da ONG Meninas e Mulheres do Morro da Mangueira

Eu comecei com essa história de trabalho social, com empreendedorismo da mulher, muito cedo. (...) Em 1995, comecei a trabalhar com empreendedorismo, com o empoderamento da mulher, montei um salão de beleza onde as meninas que trabalhavam para a comunidade passavam por um processo de conversa, porque elas não iam pra lá só para atender as meninas e mulheres que moram na comunidade, dentro desse atendimento a gente levava uma enfermeira, a gente levava alguém mais gabaritada para falar de sexualidade, proteção familiar, o cuidado com o corpo, o cuidado com si, a importância de ser mulher dentro de uma comunidade machista, porque a Mangueira é um morro que, na época, era um morro machista, mesmo 70% da população sendo mulheres e a renda das suas famílias, mesmo assim a gente via, a gente percebia muita submissão, e isso foi mudando ao longo do tempo. E engraçado, parando pra pensar agora, desde sempre a gente sempre trabalhou com literatura, porque a gente sempre acreditou que a literatura é algo libertador. Então sempre que a gente ia falar sobre um determinado tema, a gente procurava uma escrita pra ter, como a gente falava, tipo “uma moral” da história. E a literatura tomou uma proporção tão grande na minha vida que hoje eu tenho uma biblioteca comunitária.

O empoderamento é um ponto central do debate sobre os grupos marginalizados dentro do universo da cultura, como foi dito antes, cada vez mais grupos buscam pelo seu protagonismo na sociedade, fazendo com que questões como o machismo estejam cada vez mais no foco dessas ações, o papel da mulher na cultura, assim como outros grupos marginalizados, negros, pobres, moradores da periferia, vêm se desenvolvendo progressivamente tanto como sendo o foco dos projetos e ações culturais, mas principalmente como suas próprias agentes.

Hoje, dentro das comunidades, eu sinto que nós, mulheres, estamos mais empoderadas, hoje a gente não depende mais de ninguém para desenvolver uma certa vontade, um certo querer, se eu quero aquela roupa, eu busco aquela roupa, quando eu digo “eu”, são as mulheres, a gente não fica mais esperando homem, mãe, pai nos dar o que a gente busca (Kelly).

As questões territoriais também são marcantes nessa dinâmica, tanto do empreendedorismo, do que pode ser produzido como “objeto” para consumo, seja arte – música, literatura, etc. como artefatos variados, ambos produtos das periferias e ou favelas são resignificados, apresentando uma nova narrativa, cujo foco é essa especificidade das suas origens – favela e periferia. Como vemos nesse trecho do diálogo com Otávio Júnior:

Existem muitas diferenças, em relação à linguagem, em relação à cultura da periferia. A periferia tem uma cultura que, digamos, própria, em relação à questão musical, em relação à musicalidade ali, em relação às brincadeiras ali... É uma questão à parte. A periferia está dentro da cidade, mas tem essa cultura, digamos, ali, à parte da cidade.

PEDRO: A periferia ou a favela? Porque a gente pode ter bairros afastados, que são periferia, mas eles têm esses costumes da favela também?

OTÁVIO: Acho que essa cultura da favela acaba envolvendo toda a cidade, todo o país. Certamente, ela envolve toda a cidade, todo o país. E influencia demais, demais... Em relação à linguagem, em relação às brincadeiras, em relação à moda... Atualmente cada vez mais. Imagina, atualmente, a grande emissora do país, ela teve várias novelas, mas a última novela, a última das nove, teve toda aquela questão, aquele envolvimento, com o núcleo ali da favela.

Entretanto, para Kelly Louzada, o olhar estigmatizado que se tem em relação a favela ainda é um fator que prejudica essa relação, pois cria um distanciamento e a construção de falsos estereótipos. Como vemos no diálogo, a seguir:

P: E a literatura? Tem diferença entre a literatura dentro de favela e literatura fora de favela?

KELY: Olha, num certo momento eu comecei a ler e a estudar sobre isso. Porque começaram a ter muitos movimentos de periferia, que a gente transpassa pro rap, pra um escritor local. Hoje eu vejo que a literatura é uma coisa mais ampla, porque o que se lê dentro da favela é o que se lê fora da favela. E o que se fora das favelas, hoje é o que se está lendo fora das favelas, ou produzindo. E quando eu leio assim: “brasileiro não lê”, é mentira. Brasileiro lê. Brasileiro é interessado em leitura. Eu tiro isso lá pela minha comunidade. De três anos pra cá, que eu comecei a fazer esse levantamento anual, o que a gente menos emprestou foram 180 livros. Então como é que a favela não lê, como é o morador de favela não lê, como é o Brasil não lê?, se o Brasil é constituído em sua maior parte por morros e favelas? Então essa é uma pesquisa equivocada que é feita só fora das favelas, que eu falo assim: sempre se faz essa pesquisa, e eu nunca

participei dessa pesquisa, nunca me ligaram para participar de um senso desse. Então, eu acho que esses grandes pesquisadores, esses grandes teóricos têm que começar a vir com essas perguntas para dentro da favela. [11:32]

P: Qual a visão que você acha que as pessoas de fora da favela têm sobre a favela?

KELY : Muito medo. Nossa, eu digo isso porque eu tenho um amigo, e hoje ele se diz mangueirense e favelado de corpo e alma e coração. Ele é diretor da parte de comunicação da UERJ e ele tem um companheiro que é professor da PUC. Eu lembro que a primeira vez que eu convidei eles para ir na favela, nossa... Eu via o medo estampado no rosto deles. Qualquer movimento diferente era um susto... Qualquer criança passando correndo, mais displicente era um outro susto, e eu quero dar esse exemplo pra usar uma fala dele: "Nossa, como nós do morro somos preconceituosos com o local. Aqui dentro eu me sinto mais protegido e bem mais querido do que lá fora". Isso foi fala dele, do João Maia. "Eu moro num prédio em que é um apartamento por andar, tem andar que tem no máximo dois apartamentos, mas como a gente é distante um do outro dentro desse prédio. E quando eu venho aqui pra Mangueira, como eu me sinto acolhido. Porque todo mundo fala comigo 'Oi, João!, e aí, João?'". Então eu vejo esse preconceito. Tem o preconceito do olhar.

A responsabilidade social corporativa é outro viés a ser destacado na relação da busca pela sobrevivência dos projetos culturais, muitas vezes é buscado no setor privado esse tipo de parceria, principalmente porque muitas empresas vêm adotando estratégias da responsabilidade social corporativa em sua forma de gerir os seus negócios, essa forma de gestão tem levado conseqüentemente a um crescimento mais responsável e sustentável em relação ao todo, sendo inegáveis as inúmeras vantagens desse tipo de gestão em comparação com as práticas tradicionais.

O caso da parceria da Associação Meninas e Mulheres do Morro com o Instituto C&A, é um exemplo dessa relação. Kelly diz conta sobre esse apoio: *O Instituto C&A apoiava o Meninas Mulheres com as nossas ações de feminino, com arte-educação, e em 2006, nós fomos convidados a fazer um programa deles dentro da nossa ONG, então eles iam apoiar um programa deles dentro da nossa ONG. E desde 2006 nós transformamos o Meninas e Mulheres, hoje a biblioteca é a maior vertente, a biblioteca é o maior projeto.*

O Empreendedorismo Social vem gradativamente crescendo no Brasil e se tornando cada vez mais forte, a cena literária de Periferia, por exemplo, vem adotando maneiras de sustentação financeiras que indicam uma nova estratégia para a sua consolidação, embora não se caracterizem claramente como negócios sociais, diversas ações são testadas, de forma ainda improvisada e informal, para

garantir a sustentabilidade dos seus projetos.

Existe alguns modelos que valem a pena destacar nessa linha, como o Poesia de Esquina que vende camisetas literárias em parceria com a grife Poemese, há também o bazar promovido pela biblioteca Atelier das Palavras na Mangueira e a loja de doces literários Faz de Conta no Complexo da Penha, que além de promover encontros com autores e mediadores de leitura, se sustenta através da venda de doces e livros.

KELY: (...) o bazar são as roupas que a gente ganha das lojas com pequenos defeitos, que as meninas dão uma repaginada, uma cara mais favelesca, a gente fala para as peças. O bazar funciona toda semana, não todos os dias, e só quando a gente pode estar lá. (...)

P: Quais as principais dificuldades que você encontra para continuar tocando o projeto?

KELY : Financeira. Nossa maior dificuldade é a financeira.

Dessa forma podemos verificar que as estratégias de sustentabilidade começam a traçar o seu lugar na ordem do dia como uma necessidade para o avanço e consolidação desta nova cena. Não que os patrocínios ou editais não sejam relevantes, mas por conta da instabilidade e falta de perspectiva de permanência dos mesmos, percebe-se o quão necessário é buscar outras formas que garantam mais estabilidade e sustentabilidade aos projetos, como vemos no diálogo com Otávio Júnior:

P: Você tem parceiros?

OTAVIO: Sim, tem parceiros que ajudam o projeto de alguma forma, fazendo consultoria, desenvolvendo ideias... Atualmente nós vamos fazer também pesquisas dentro da comunidade para saber se os pais apoiam as atividades...

P; Que parceiros apoiam o projeto?

OTAVIO: Hoje em dia são muito específicas essas questões de parceria. São mais pessoas ligadas ao mercado da inovação, ao mercado de empreendedorismo, porque o que acontece? Eu tive erros e acertos na execução do Ler é 10. Que, na época que eu desenvolvi o Ler é 10, eu tinha patrocínio, eu tinha uma questão, digamos, de apoio, para tocar o projeto, e atualmente eu não tenho, digamos, um guarda-chuva, que dê uma tranquilidade para desenvolver os projetos. Não tenho. Eu tinha patrocínio e não tenho mais. Então, atualmente eu também penso na questão da sustentabilidade do projeto. Então, eu quero envolver muito os meus produtos, ou seja, os livros que eu escrevo, os jogos que eu desenvolvo, as atividades e as palestras que eu faço voltadas para as questões financeiras do projeto, de buscar, futuramente.... Nós não queremos depender de patrocínios, nossa ideia é não depender de patrocínio, nossa ideia é ser um projeto autossustentável. Como ser um projeto autossustentável? Se eu tenho a capacidade de desenvolver livros, criar livros, criar jogos, por que

não parte dos direitos autorais da vendas desses livros, desses jogos, serem direcionadas ao projeto? Então a gente pensa nessa questão de sustentabilidade, de criar uma produtora, pra criar esses jogos, pra criar esses livros, e parte desses direitos autorais desses jogos e desses livros serem direcionados aos projetos nas favelas. Eu vejo também, não sei qual é a sua visão, você trabalha com ONG, com projeto social há muito tempo, eu vejo que tem um certo desgaste em relação a esta questão dos projetos sociais, relacionados a conceito, relacionados a financiamento, então eu quero desenvolver fórmulas alternativas.

P: Vocês vendem produtos?

OTAVIO: Atualmente os produtos que estão sendo vendidos são as palestras que eu desenvolvo, alguns livros, projetos de livros, que estão sendo negociados, e parte dos direitos autorais ou de adiantamentos desses livros, das palestras também, serem revertidas para as ações sociais, as ações educacionais.

P: Quais as dificuldades que você encontra para realizar as atividades?

OTAVIO: As principais dificuldades são as questões de entendimento. De entendimento de conceito. Por exemplo, quando eu falo pras pessoas que eu quero que o projeto seja autossustentável. Ah, como o projeto vai ser autossustentável, de que forma o projeto vai ser autossustentável? Eu quero muito envolver essa questão do empreendedorismo. Eu acho que é fundamental você participar de editais, você participar de outros mecanismos, mas você ter um planejamento para 1 ano e, claro que dentro deste ano, você ter vários editais em que você pode participar, mas você não tem certeza de que o seu projeto vai passar no edital, que seu projeto vai passar numa lei de incentivo...

P: A maior dificuldade é a questão de financiamento?

OTAVIO: É a questão de financiamento.

Esses exemplos vêm demonstrando que as estratégias de sustentabilidade estão sendo utilizadas numa tentativa de continuar as ações culturais onde faltam outras formas de incentivo, seja público ou privado. Porém o traço da informalidade, a falta de planejamento e até mesmo de visão de mercado, dado a formação dos envolvidos, muitas vezes dificulta os projetos de avançarem.

P: Então você só tem ajuda de custo, né? Vocês vendem produtos ou serviços, a ONG tem alguma estratégia comercial?

KELY :Eu comecei da metade do ano de 2017 pra cá com isso. Eu vendo formações, eu tenho um planejamento em enraizamento comunitário, mediação de leitura, organização de espaço literário... Então eu tenho conseguido tirar uma ajuda de custo daí, da venda desses serviços.

Muitos desses atores não contam com a política partidária ou com grupos políticos para obterem qualquer tipo de ajuda ou financiamento e conseqüentemente não apresentam engajamento político partidário ou apoio a grupos pertencentes a partidos políticos, não se enquadram totalmente por terem questões, que muitas

vezes vão além das bandeiras partidárias, por não se caracterizarem como movimentos que levantam a bandeira do partidarismo. Não é uma forma de negar esse tipo de associativismo político, mas de buscar as suas próprias formas de associação e cooperação, que reflitam as particularidades de seu cotidiano e suas necessidades transversais aos diversos movimentos existentes, como podemos notar na fala de Kely, sobre o seu envolvimento com os movimentos sociais e a política partidária e de Otávio Júnior sobre o seu engajamento na literatura infanto juvenil:

Eu tenho um 'quê' muito grande voltado com PT (Partido dos Trabalhadores), já fiz parte de movimentos de mulheres negras na cidade, hoje eu faço parte de movimentos pequenos, foi por opção, para eu poder me dedicar mais à minha comunidade. Hoje eu não faço mais parte de movimento de mulheres negras, estou até procurando um ou outro movimento em que eu queira agregar, que eu me sinta bem, tenho feito parte de uma rede local dentro do morro da Mangueira, que a gente resolveu trabalhar o CRAS, a creche, as creches mantidas pela Igreja, nós, do Meninas e Mulheres, que é ONG onde tem a biblioteca, decidimos, em conjunto com a Vila Olímpica da Mangueira, fazer um trabalho interno dentro do Morro da Mangueira.

P: Qual o seu envolvimento com os movimentos sociais e culturais? O que você acha importante com relação a isso?

OTÁVIO: No período em que eu fazia o Ler é 10, eu circulei por todas as comunidades do Complexo da Penha e do Alemão. Todas. Todas. Não tem uma comunidade que eu não tenha pisado com as atividades de promoção de leitura. Atualmente, eu trabalho fazendo consultoria para algumas dessas instituições - ONGs, associações de moradores, projetos esportivos, também estou com alguns projetos de montar pequenas bibliotecas em alguns espaços. Eu sou atuante em relação aos movimentos sociais e culturais das comunidades.

P: Já participou de associação de moradores?

OTÁVIO:: Participei, apoiando as ações educacionais. Muitas das associações do Complexo da Penha, eu apoiei com ações educacionais: associação da Vila Cruzeiro, a própria associação das 4 bicas, associação da Chatuba, associação do Caracol, associação do Morro da Fé, todas essas associações eu apoiei...

P: Já participou de algum outro tipo de movimento, tipo, movimento por alguma causa específica, movimento negro...

OTÁVIO: Esportivo sim, eu sou muito ligado às questões dos esportes. Dos esportes sim.

P : Já participou de algum partido político?

OTÁVIO: Não.

OTÁVIO: (...)surgiu minha paixão também pelo público infantil. O tempo foi passando, eu fui também me engajando com as questões sociais, a questão da literatura nas comunidades, nas favelas, onde eu percebi que tinha que ter o acesso, que as pessoas tinham ter acesso ao livro, e eu desenvolvi

várias dinâmicas para que essas pessoas tivessem acesso às histórias. Eu achava, naquele momento, que se estava mudando a minha vida, poderia mudar também a vida de outras pessoas. E, em 2008, eu entrei em contato com uma editora chamada Panda Books, falei sobre meu trabalho de promoção de leitura, que, na época, estava bem divulgado em nível nacional, eu tinha acabado de ganhar o Prêmio Faz Diferença, do Jornal O Globo, pelo projeto de leitura, e essa editora me propôs, “Por que você não conta a sua história?”, a história de um garoto que encontra livros num lixão e que, hoje, monta bibliotecas em comunidades. Aí eu falei tudo bem. Na época, um grande best seller da época era O Livreiro de Cabull. Aí eu fiz algumas brincadeiras: Tem o Livreiro de Cabull, eu sou o Livreiro do Alemão. Coloquei no blog do projeto, aquilo deu uma estourada...

P: E foi na época da “Pacificação”...

OTÁVIO: Foi na época da Pacificação-

É interessante também, destacar a visão de Otávio Júnior possui sobre as favelas e a cena literária, da ausência de referências literárias fortes e da visão estigmatizada que se tem sobre ela, em seguida ele conta como o Projeto que implementou possui a capacidade de ser um transformador social.

“Eu fico muito feliz e ver muitas vezes atuais contarem as suas histórias. Quando eu iniciei, não tinha muitas diferenças. Que referências eu tinha de literatura na favela? Eu lembro do Paulo Lins, de Cidade de Deus...”

P: Até hoje é um clássico.

OTÁVIO: Até hoje é um clássico, sim. E logo depois eu tive contato com a literatura periférica de São Paulo, o Sacolinha, o Sérgio Vaz, o Alessandro Buzzo, do Ferrez, do Caros Amigos, e no Rio de Janeiro não tinham vozes, na questão da literatura. Eu posso dizer que eu fui pioneiro nesse movimento de literatura periférica.

P: E você acha que esse movimento de leitura na favela, na periferia, é maior?

OTÁVIO : Do que na época que eu comecei? Bem maior. Eu fico muito feliz com isso. Hoje nós temos uma festa literária que é dedicada às periferias, que é a FLUP. Festa Literária das Periferias. Hoje em dia nós temos um grande autor, que é o Geovane Martins, que atualmente o livro dele está sendo muito falado, ele é da periferia. Temos uma grande ativista da questão negra, da questão feminista, morando em uma favela, que é a Ana Paula Lisboa, que é da periferia.

P: Na sua opinião, qual a visão que as pessoas têm de fora da favela?

OTÁVIO : As pessoas têm uma visão muito estereotipada da favela. E a literatura ajuda um pouco a desmistificar essas questões . Eu vou te dar um exemplo.

P: Qual é o estereótipo?

OTÁVIO : O estereótipo de muita pobreza, de muita violência, de pobreza extrema, de violência extrema, de falta de perspectivas. E não é assim, não é isso. As pessoas dentro da favela têm sonhos, têm desejos, têm ideais, muito trabalho, muito estudo também. Então é uma visão muito

estereotipada. Sabe, parece que ele tem um safari, que tem animais ali dentro...

P: É meio a visão do gringo sobre o Brasil... Vive dentro da Amazônia...

OTÁVIO : E pra você ter uma ideia, tem a periferia dentro da periferia. Tem lugares mais pobres dentro da favela. Na Penha tem bastante. Na Penha, tem um lugar chamado Vacaria. Circulando por essa comunidade - e eu circulei muito por essa comunidade -, as crianças dormem junto com porcos, com vacas, em casas de madeira...

P: E lá o que a gente estava conversando aqui sobre equipamentos culturais...

OTÁVIO: Não chega, não tem acesso. As pessoas não têm acesso a equipamentos culturais. Tem acesso à escola, tem acesso à Upa, tem acesso à Clínica da Família. Mas a equipamentos culturais não.

P: Como surgiu o Projeto Ler é 10?

OTÁVIO (40:15) O Ler é 10 começou com a minha inquietação. Eu gostava muito de ler e eu percebi que as crianças, na comunidade, não gostavam. Então eu falei "Tem alguma coisa errada". E eu resolvi criar um projeto para aproximar as crianças do objeto livro.

P: Foi você que criou esse projeto, né?

OTAVIO (40:35) Criei o projeto do zero. O conceito, as atividades. Pedro, eu costumo dizer que o Ler é 10 é um laboratório de ideias e experimentação, no qual eu tenho a oportunidade de estar com livros, com profissionais de livros e com o público. Todo meu desenvolvimento literário eu devo muito ao Ler é 10. Por conta disso. Eu tenho contato com livros, posso fazer as pesquisas, eu tenho contato com autores, ilustradores, mediadores de leitura, agentes literários, toda a cadeia literária que me dá suporte para desenvolver o projeto. E o público, sem o qual esse projeto não teria sentido.

P: E já tem programação para esse ano?

OTAVIO: Esse ano, a nossa ideia é trabalhar com inovação na área de promoção de leitura, é uma questão que eu penso há muito tempo. Quando eu comecei o Ler é 10, ele era visto como inovador. E deu muito certo, ganhou vários prêmios. E eu tenho todo essa questão de pensar com inovação. Esse ano nós vamos trabalhar apenas com pesquisas e desenvolvendo produtos. Que eu trabalho desenvolvendo produtos. Desenvolvendo livros-jogos, jogos, e claro que nós teremos o público, o contato com o público, justamente para termo feedback dessas atividades, feedbacks desses materiais, mas esse ano nós vamos trabalhar com pesquisa e desenvolvimento. Para no ano que vem nós termos mais ações concretas.

Otávio Júnior possui uma visão muito positiva sobre o seu projeto em uma perspectiva futura, não pretende dissociá-lo da favela em nenhum momento, mesmo com todo o estigma que ainda existe sobre as favelas e as periferias, mas acredita que ambos podem se destacar e evoluir em conjunto.

P: Você acha que existe diferença entre a literatura de favela e a literatura fora dela?

OTÁVIO: Existe demais, cara, porque se nós temos uma cultura `a parte, nós temos também a necessidade de falar sobre essa cultura, de falar sobre os personagens, de falar sobre as coisas...

P: Como você espera ver o projeto daqui a 3 anos?

OTÁVIO: Um projeto autossustentável e que leve a questão da inovação, do Edutec nas favelas, porque é fundamental você pensar nessa questão da inovação dentro das favelas. Eu não vejo muitos projetos que pensem nisso, que pensem na cultura do Faça Você Mesmo, na cultura da Inovação, na cultura da Programação, ensinar os jovens a programar... Imagina. Pensa nessa questão de inovação, um espaço de cultura maker na favela, um espaço que incentive jovens a montarem suas startups dentro da favela...

P: Você quer isso pro seu projeto?

OTÁVIO: Futuramente sim.

P: E como você espera o Complexo da Penha daqui a 3 anos?

OTÁVIO: Espero ver um Complexo da Penha interligado nas questões de tecnologia, mas sem esquecer as questões tradicionais. Que as questões tradicionais vão ficar para sempre. As brincadeiras tradicionais pra sempre. Então, quero que seja uma mescla entre o tradicional e a questão do futuro. Favela Tech.-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos aqui três questões principais que foram se tornando mais evidentes durante o desenvolvimento desse trabalho – a necessidade de tornar os territórios periféricos e favelas locais seguros e com condições de vida dignas para sua população; o reconhecimento da identidade e da cultura das periferias como parte da sociedade e não subjulgadas dentro da hegemonia cultural e; a importância de criar condições de continuidade para os movimentos culturais existentes.

Entendemos que essas três questões não são dissociadas, elas caminham juntas, e precisam também de ações conjuntas, deficiências em atender uma terá intrinsecamente reflexos nas outras e não surgirão mudanças realmente eficazes e notórias.

Podemos dizer que reconhecer as periferias e favelas como parte integrante da cidade do Rio de Janeiro é fundamental nesse processo, assim como é importante o reconhecimento da parcela de responsabilidade de cada um de nós, tanto em relação a existência, quanto para a resolução dos problemas sociais que ocorrem por consequência das desigualdades econômicas e sociais encontrados em nossa sociedade. O setor público, o privado, a sociedade civil e cada cidadão é parte desse processo e acredito ser a partir desse reconhecimento e desse sentimento de responsabilização que se pode iniciar ações de enfrentamento para as questões que nos confrontam.

Ação essas, que precisam ser concebidas e realizadas através da ótica de um planejamento consistente e contínuo, seja no âmbito das políticas públicas, por meio de associações com o setor privado ou organizações do terceiro setor ou até mesmo por meio de ações que favoreçam o empreendedorismo social e o torne mais factível para grupos e movimentos culturais. O fundamental é que, sobretudo, possam ser criados mecanismos para debater sobre essas ações e que contribuam para que os grupos marginalizados possam ter mais acesso a informação e a obter maior representatividade na sociedade.

A periferia não pode mais ser tratada e vista como um local de exclusão social, de ausência de direitos, de segregação ou de violência; por ser um território complexo e diverso, ela precisa ser capaz de garantir aos seus integrantes a base de suas referências e dos elementos construtivos das suas próprias identidades. Sendo assim, acabar com as periferias e favelas, como muitas políticas tentaram

fazer, jamais seria uma solução para o problema, ele é apenas um reflexo de nossa organização social, das desigualdades, dos problemas econômicos, representam um arranjo criado para lidar com esse cenário. Transferir uma favela de lugar, não resolve os problemas estruturantes que a originaram. É preciso mexer em seus alicerces, na sua base, ir de encontro ao cerne das desigualdades sociais, investir em políticas estruturais, trabalhar a intersetorialidade, pois essas são questões intercambiáveis e transversais e assim precisam ser tratadas.

Implementar políticas de saneamento, introduzir equipamentos de esporte e lazer, construir escolas e postos de saúde são ações que podem ser realizadas de acordo com as condições econômicas e políticas existentes, mas é preciso pensar além dessas políticas, é preciso realizar mudanças na concepção cultural e ideológica da sociedade, efetuar um constante trabalho de planejamento e de ações conjuntas.

É essencial mudar o olhar, lutar contra o preconceito, o clientelismo com o qual esses locais são tratados. Implementar projetos e ações que possam de fato melhorar a vida de seus habitantes, propiciando condições dignas de moradia, acesso a saúde, educação, cultura, como deve ser de direito de todo o cidadão, seja ele morador das zonas nobres ou das favelas e periferias é incontestavelmente mandatário. Mas dar legitimidade a esses locais, ouvir suas vozes, suas demandas, compreendê-los como parte integrante da sociedade é o grande desafio que temos pela frente.

É preciso que a sociedade pare de enxergar esses locais como uma mancha na cidade, mas que consiga incorporar a sua diversidade e aprender com ela, é preciso que o poder público pense em políticas estruturantes para que a sustentabilidade seja possível, sabemos que ninguém quer ou deve viver de políticas públicas somente, mas em um determinado ponto elas são importantes para o enfrentamento de muitas questões que ainda perduram.

As parcerias são fundamentais, estratégias em conjunto com o setor privado e o terceiro setor, replicação de ações provenientes da lógica de mercado, mas revisitadas para esse setor, como o empreendedorismo social precisam ser estudadas e colocadas em prática. Todas essas questões precisam estar na pauta dos debates, seja na política, seja na academia ou nas instituições relacionadas, o que não se pode mais é fazer o que há muito se tem feito, tratar essa questão com

distanciamento, ou com políticas que em nada contribuem para efetuar uma mudança social verdadeira.

A cena cultural da periferia, como vimos, vem crescendo e ganhando visibilidade, mas enfrenta desafios diários para se manter, desafios da violência do cotidiano vivido nas periferias, da falta de políticas públicas, da dificuldade de se firmar em uma sociedade dominada por uma cultura hegemônica e também desafios da própria sobrevivência, de tornar os projetos culturais sustentáveis para garantir a sua continuidade. Esse cenário clama por uma reformulação e possui os elementos necessários para empreender uma nova construção social, apontando para um formato mais igualitário das relações sociais, de reconhecimento dos interesses e direitos do outro e pela busca de justiça social para todos.

Chegamos ao fim desse presente trabalho e para a sua realização muito se refletiu, as questões do papel do governo, a responsabilidade da sociedade, o sistema capitalista que de forma onipresente perpassa todos os setores, onde nada funciona de forma isolada; percorrer a cidade partida, atravessar as linhas invisíveis que separam o morro e o asfalto, a periferia e as zonas nobres pode parecer fácil para quem nasceu com escolhas, com um universo de oportunidades à sua frente, para quem nunca pensou em escolher entre comer o seu pão agora ou guardar para quando o estômago estiver reclamando mais. Para esses outros a cultura é um ato revolucionário, viver dela, o que pode parecer inimaginável para muitos, não é questão de escolha, é a vocação de uma vida, é atender a um chamado que cresce latente entre ruas e vielas, buscando o seu espaço dentro de uma cidade sem rosto, ansiando por cada oportunidade para se experimentar na plenitude das suas questões - do negro, do pobre, favelado, da mulher, gay, do periférico, onde todos esses rótulos importam ainda para a construção da cidadania, para a garantia dos direitos, para o empoderamento e para garantir o direito básico à vida, mas que são e precisam ser desconstruídos e transcendidos diariamente e então se desvencilhar, de fato, dos grilhões secularmente impostos.

Termo esse trabalho, com a fala de um menino, apesar de hoje já adulto, é o menino que existe dentro dele que foi o responsável pelo o rumo que sua vida e carreira tomaram, esse menino, que sabemos que existem tantos por ai, aguardando por uma oportunidade para continuarem seguindo quem eles realmente são. Segue a fala de Otávio Júnior, o Livreiro do Alemão.

“Sim, sim, essa história é bacana pra caramba. Nesse dia, eu me lembro bem, o que me chamou a atenção foi a questão do livro. Os brinquedos, eu tinha alguns brinquedos em casa, ou se eu não tinha brinquedos em casa, meus primos tinham e eu brincava com os brinquedos dos meus primos, então, os brinquedos em si não me chamaram a atenção. O que me chamou a atenção foi o objeto livro, porque livro, eu não tinha livro. Com brinquedos eu tinha contato. Mas eu não tinha contato com livro, então, o livro me chamou a atenção naquele momento. Eu peguei o livro, fiz um barulho de alegria ou de espanto, e logo depois vieram os garotos que estavam jogando futebol e começaram a brigar pelos brinquedos. Eu não entrei naquele embate porque os garotos eram maiores do que eu. Eu peguei o livro e fui pra casa. E o mais interessante dessa história toda é que.. Eu conto essa história nas palestras que eu faço nas escolas, e teve uma vez que uma criança me perguntou. Levantou a mão “eu posso te perguntar uma coisa?”, “Pode”, “Se você tivesse pegado os brinquedos em vez do livro, talvez você tivesse uma loja de brinquedos ou um parque de diversões”. Naquele momento, eu ri, eu me diverti bastante com aquela pergunta, e, atualmente, eu trabalho pesquisando brinquedos educativos, jogos educativos, ou seja, nada é por acaso. Umas três semanas, eu organizando o meu material para viajar, para algumas palestras fora do Rio, eu peguei um jornal falando sobre essa questão: “Otávio achou um livro numa caixa cheia de brinquedos”. E eu falei “Que incrível isso, que sensacional”, eu trabalho há muitos anos com a questão da promoção leitura a partir do objeto literário, e agora eu estou trabalhando, eu vou trabalhar com brinquedos educativos, com jogos educativos, e tava tudo ali, dentro daquela caixa, né?”

REFERÊNCIAS:

- ABREU, M. de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN/ Jorge Zahar, 1988. p. 88 e 89.
- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro, v. 41, p. 67- 86, 2007.
- BANTON, M.; MILES, R.. Racism *In: CASHMORE, E. Dictionary of Race and Ethnic Relations*. 3. ed. London/New York: Routledge, 1994. p. 190-192.
- BARBOSA, J. ; DIAS, C. *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet, v.2. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1949.
- BIROLI, F. *O feminismo como projeto transformador: as vozes das Margaridas*. In: Blog Diálogos políticos, 2015. Disponível em: <https://dialogospoliticos.wordpress.com/2015/09/02/a-marcha-das-margaridas-e-o-feminismo-como-projeto-transformador/>. Acesso em: jul. 2017.
- BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedorismo social e o poder de novas ideias*. Rio de Janeiro. Record, 2005.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.15, n.2 , 2001.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39. p.85-86. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale dujugement*. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*, Regents of the University of California, n. 32, p. 1-49, 1987.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 49, n. 1, p. 5-42, 1998.
- BRUBAKER, R. Rethinking classical theory: the sociological vision of Pierre Bourdieu. *Theory and Society, Chicago*, v. 14, n. 6, p. 745-775, 1985.
- BRUM, M. Cidade Alta – História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora Ponteio, 2012.
- BULLA, L. C.; LEAL, M L. M. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. *Textos & Contextos*, v. 3, n. 3, p. 1-13, dez. 2004. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/973>. Acesso em: 21 out. 2017.

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. Org. Maria Elisabete Pereira, Fabíola Rohden ... [et al]. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/res em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. p. 52-55.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: jul. 2017.

CRIME acarreta custos sociais, públicos e privados na América Latina e Caribe: Estudo do BID. *BID*, 3 fev. 2017. Disponível em:

<http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2017-02-03/quanto-custa-o-crime-e-a-violencia-no-brasil,11714.html> - Acesso em: jul. 2017.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão estratégica: cidades estratégicas e organizações local*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 81-84

Gandra, A. Moradores do asfalto têm visão preconceituosa de favelas. Pesquisa Agência Brasil – Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/moradores-do-asfalto-tem-visao-preconceituosa-em-relacao-favelas>. Acesso em: dez. 2017.

GONÇALVES, J. *Marcha das Mulheres Negras*, a Marcha que faz sentido. *Carta*, [São Paulo], 16 nov. 2015. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-das-mulheres-negras-a-marcha-que-faz-sentido-7941.html>. Acesso em: jul. 2017.

GONÇALVES, Rafael A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1-23, abr. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635115>. acesso em: nov. 2017

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HEILBORN, M. L. (Org.). *Gênero Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/res em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. Disponível em:

http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em: dez.2017.

Instituto Pereira Passos - Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010 – Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF. Acesso em janeiro de 2018.

IPEA. Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253&catid=4&Itemid=2 - Acesso em: Jul.2017.

JUNQUEIRA, L A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, USP, v. 13, n. 1, p. 25- 36, jan-abr, 2004. Disponível em: www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7105/8577. Acesso em: 5 maio 2018.

KEMMIS ; MC TAGGART, Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto escolar, 1988, apud Elia e Sampaio, Pelotas, Anped, 2001, p.248.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar: Rio de Janeiro, 1986.

Liv Sovik (org). *Da Diáspora - Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MCKINSEY & COMPANY, ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS. *Negócios sociais sustentáveis: Estratégias inovadoras para o desenvolvimento social*. São Paulo: Peirópolis, 2006.

MILGRAM, S., & T, H. Collective behavior: crowds and social movements. In: G. L. & E. A. (Orgs.). *The handbook of social psychology*. Reading: Addison-Wesley, 1996. p. 507-610

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NASCIMENTO, E. P. *Literatura marginal: os escritores de periferia entram em cena*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 2006.

NOVAES, M. B. C.; GIL, A. C. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, v. 10, n. 1. jan/fev, 2009. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/387>. Acesso em: ago. 2015.

NUNES, A. *Terceiro Setor Controle e Fiscalização*. 2.ed. São Paulo: Método, 2006.

PEREIRA, P. A. P. Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 77, mar 2004.

PERLA. Literatura Marginal. *Iluminerds*, 21 fev. 2017. Disponível em <http://www.iluminerds.com.br/literatura-marginal/> - Acesso em: jan. 2018.

Pretto, S. DEFINIÇÃO de favela pelo IBGE e ONU. Pôster XXV Salão de Iniciação Científica UFRGS, 2013. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/92016/Poster_30704.pdf?sequencia=2. Acesso em: 25 jan. 2018.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Manifesto por um Brasil literário*. Disponível em: <http://www.brasilliterario.org.br/noticias/mostra.php?id=3>. Acesso em: 11 mar. 2017.

Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/infograficos_pobreza_distribuicao_desigualdade_renda.html. Acesso em: julho de 2017.

SANTOS, N. N. *A Intersetorialidade como Modelo de Gestão das Políticas de Combate à Pobreza no Brasil: O Caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2011.

SHINN, T. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. *Sci. stud.*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, Mar. 2008.

STRAUSS, A. *Espelhos e máscaras*. São Paulo: EDUSP, 1999.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985

THIOLLENT, M. *Pesquisa ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.15 no. 44 São Paulo, Oct. 2000. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000300001&script=sci_abstract&lng=pt, Acesso em janeiro de 2018.

VAZ, Sergio. *Manifesto da Antropofagia Periférica*. São Paulo

WOOD, J. *Saí da Microsoft para mudar o mundo*. São Paulo. GMT, 2007.

YUNUS, M. *Um mundo sem pobreza: A empresa social e o futuro do capitalismo* – São Paulo: Ática, 2008.